

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE.** -----

----- **ATA NÚMERO OITENTA E NOVE** -----

----- Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, nos Serviços Sociais da CML, no seu Auditório, sito na Avenida Afonso Costa, 41, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, primeira reunião, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- (A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva) -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves Silva Almeida Saavedra, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva

Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Rosa Lourenço, Maria Margarida Matos Mota, Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes, Romão da Conceição Batuca Lavadinho, Gabriel Maria Baptista Fernandes, Patrícia Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Francisco Alves da Silva Ramos, André Cabral Moura Saraiva Valentim, Ana Paula da Silva Viseu, Ricardo Filipe Barbosa Santos, Ana Luísa Regedor e Sandro Araújo. --

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo, João Manuel Costa Magalhães Pereira e Miguel Agrochão. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Mota. -----

----- Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----

----- Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes (PS), Presidente da Junta Freguesia de Benfica, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal André Cabral Moura Saraiva Valentim.-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Rosa Lourenço.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ricardo Filipe Barbosa Santos. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Batuca Lavadinho. -----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Miguel Agrouchão. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cristina Andrade. -----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves. -----

----- Maria Luísa Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gabriel Maria Baptista Fernandes. -----

----- Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Independente Ana Regedor -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Independente Sandro Araújo -----

----- Foram justificadas as faltas aos Deputados Municipais a seguir mencionados relativas à 86ª. Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (5ª. Sessão Ordinária) realizada no dia dezassete de novembro de 2015: Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo e Senhor Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Presidente da CML, Duarte Cordeiro, Paula Marques, Jorge Máximo, João Saraiva, Rui Franco (substitui João Afonso), José Sá Fernandes, Catarina Albergaria, Carlos Castro.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: António Prôa, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura Alexandra Barreiras Duarte. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

-----“A indicação que eu tenho é que já temos quórum, embora não estejam na sala, mas já assinaram a lista de presenças, pedia aos serviços para pedir aos Senhores Deputados para virem para a sala para podermos dar início aos nossos trabalhos. -----

----- Queria dar-vos alguns avisos e é o seguinte. Conforme estão lembrados, hoje às 18 horas faremos uma interrupção dos nossos trabalhos, para podermos ter um pequeno convívio entre todos os Senhores Deputados e os trabalhadores que dão apoio à Assembleia Municipal e, portanto, espero que possam todos participar. Foi ensaiado um pequeno coro com trabalhadores da Assembleia Municipal e Deputados, quem quiser associar-se ao coro nós podemos distribuir letras para podermos celebrar de facto esta quadra. -----

----- A segunda coisa que vos queria dizer Senhores Deputados é que o nosso colega João Magalhães Pereira ficou um pouco indisposto no final da última sessão, está internado, em princípio as coisas estão controladas, mas de facto é um sinal para todos nós que o calor da discussão não deve levar-nos a deixar-nos tomar de tal maneira pela paixão política que nos afeta.-----

----- Portanto, desejamos naturalmente as melhoras ao Senhor Deputado Magalhães Pereira que vai ter de passar a quadra natalícia de molho e com cuidado, e eu deixo um apelo a todos os Senhores Deputados para realmente nos moderarmos, sobretudo nos apartes que às vezes irritam os colegas e que não são propícios nem à quadra nem à circunstância de aqui estarmos. -----

----- Nós já temos os Senhores Vereadores presentes. Hoje é uma Sessão Extraordinária e temos público inscrito, temos seis pessoas inscritas, houve uma

pessoa a mais porque houve uma sobreposição das inscrições e eu achei que não devia dizer à pessoa que não a podíamos atender, portanto, são seis pessoas e já vamos dar-lhes a palavra. -----

----- Vou dar a palavra ao Senhor José Victor Reis, está presente? Está presente sim senhor e vem falar sobre os serviços de limpeza a entidade exterior na Junta de Freguesia das Avenidas Novas, é nosso conhecido e muitas vezes aqui tem vindo em nome do Sindicato. -----

----- Vou-lhe dar a palavra, já conhece as regras, boa-tarde.” -----

----- **O Senhor José Vítor Reis** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Muito boa-tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, que não está cá, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores, Minhas Senhoras e Maus Senhores trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa e Município. -----*

----- *Trazem-nos hoje aqui as preocupações que nos trouxeram há 2 anos aquando da discussão e aprovação da proposta de descentralização de competência e transferência de trabalhadores para as Juntas de Freguesia. -----*

----- *Verificamos que os compromissos assumidos pela CML, quer com os trabalhadores quer as Juntas de Freguesia, não estão a ser cumpridos. São disso exemplo o acesso à medicina no trabalho da CML, o gozo das folgas acumuladas na CML, ou o recebimento do trabalho extraordinário, quando em situação de baixa médica por acidente. A falta de manutenção do edificado por parte da CML, que transitou para as Juntas de Freguesia. A indefinição do desempenho de competências entre as Juntas de Freguesia e a CML, nomeadamente na Limpeza Urbana, é outro problema detetado. -----*

----- *Sobre a desconcentração de competências para as Juntas de Freguesia, o STML sempre manifestou a sua oposição a este processo conduzido pelo executivo municipal do PS, com o apoio do PSD. Na altura chamámos a atenção para o que de negativo representaria toda uma opção que abria portas ao desmantelamento do serviço público de Limpeza Urbana Municipal. Contestámos e criticámos a dispersão de meios urbanos e técnicos, além da destruição da estratégia até então consolidada da economia de escala, que permita rentabilizar e tornar mais eficazes os serviços públicos que podem e devem atuar no interesse exclusivo da população e da cidade de Lisboa. -----*

----- *Infelizmente os aspetos que o STML considerou de negativos naquela data estão agora e verificarem-se. -----*

----- *Referimo-nos concretamente à decisão do atual executivo da Junta de Freguesia das Avenidas Novas em concessionar parcialmente, a varredura e a lavagem da via pública. -----*

----- *À data alertámos para o facto de não terem sido discutidas com as Juntas de Freguesia, de forma atempada e responsável, as reais necessidades de cada uma delas, no que concerne a meios humanos e postos de limpeza necessários à concretização das várias competências então atribuídas. -----*

----- *Perante as dificuldades resultantes das contingências atrás referidas, perfeitamente expectáveis, o executivo PSD da Junta de Freguesia das Avenidas Novas optou pela concessão da limpeza da via pública de parte da área geográfica da freguesia.*-----

----- *A Junta de Freguesia assumiu esta decisão em detrimento da contratação dos trabalhadores considerados necessários, à semelhança do que se verificou em outras Juntas de Freguesia, e de manter o recurso ao trabalho extraordinário para o qual recebeu as respetivas verbas da CML.*-----

----- *Embora o executivo da Junta de Freguesia das Avenidas Novas afirme que a concessão é uma experiência temporária e limitada geograficamente, não deixa de ser um sinal preocupante para a população e para os trabalhadores deste sector profissional, pois podemos mais facilmente confrontar-nos com a tentativa da privatização global e definitiva deste importante serviço público.*-----

----- *Será negativo para a população, porque os custos da concessão ou privatização deste serviço, serão sempre mais elevados do que o investimento em meios próprios a curto ou a médio prazo pela Junta de Freguesia. Para os trabalhadores será igualmente negativo porque, para além da redução imediata dos seus rendimentos, veem o seu posto de trabalho em risco.*-----

----- *Não esquecemos que todos os processos de privatização ocorridos nos últimos anos no nosso País, e com bastantes exemplos infelizmente no concelho de Lisboa, têm como consequência numa primeira fase, a redução de postos de trabalho, a retirada de direitos associada a uma diminuição de rendimentos e a uma degradação inaceitável das condições de trabalho, provocada pela ausência de investimento habitualmente ausente das preocupações de quem exclusivamente procura uma elevada taxa de rentabilidade.*-----

----- *Por este motivo e sempre contra a tentativa de privatização da varredura e lavagem da via pública na freguesia das Avenidas Novas, os trabalhadores deste sector manifestaram-se em frente à sede da Junta de Freguesia no passado dia 30 de outubro.*-----

----- *É esse protesto que aqui trazemos, com a certeza que não desistiremos de lutar pela defesa do serviço do público no Município, considerando os verdadeiros interesses da população da Cidade e dos direitos dos trabalhadores que representamos.*-----

----- *Obrigado.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- *“Muito obrigada nós, lembrar aos Senhores Deputados que na sequência do que acabámos de ouvir que a Câmara vai apreciar ou apreciou ontem u vai apreciar por estes dias o próximo Relatório de Monitorização das Delegações de Competências para as Freguesias e que no quadro da apreciação desse relatório naturalmente deverão ter em conta estas questões que foram agora suscitadas.*-----

----- *Se quiser entregar na mesa algum documento farei chegar depois cópias a todos. Muito obrigada.*-----

----- Vamos agora dar a palavra ao Senhor Pedro Filipe Matos, problemas relacionados com um pombal situado na Rua do Arco do Carvalhão, mas o Senhor Pedro não está, pode ser que ainda chegue. -----

----- Vamos dar a palavra ao Senhor Pedro Wallis Carvalho, que vem falar sobre a falta de acessos à estação de comboios de Benfica e julgo que também tem uma Petição para entregar. Faz favor, tem a palavra, são três minutos.” -----

----- **O Senhor Pedro Wallis Carvalho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- *“Muito boa-tarde Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, eu dirijo-me à Assembleia Municipal de Lisboa na qualidade de Presidente da Associação de Moradores do Bairro do Calhariz de Benfica. -----*

----- *Este Bairro, ele situa-se contíguo à linha de Estação de Comboios de Benfica e nós gostaríamos de fazer um resumo da situação que a população está a viver neste local. -----*

----- *Todos os serviços públicos da Freguesia, transportes públicos, designadamente autocarros, táxis, comboios, para os mais de mil moradores do Bairro do Calhariz de Benfica estão localizados no lado Norte da linha de comboio. -----*

----- *Uma elevada percentagem desta população é composta por pessoas com mobilidade condicionada, não existem passagens aéreas nesta zona! Depois de terem sido efetuadas as obras de melhoramento da Estação de Comboios de Benfica os vários caminhos vicinais até então existentes foram substituídos por uma rampa e uma escadaria. -----*

----- *Posteriormente e sem autorização dos moradores a CP e a REFER cortaram o acesso que a população tinha à referida rampa encerrando o portão que lhe dá acesso com o argumento da segurança e que sempre que necessário este seria aberto, a prática demonstra que assim não acontece. -----*

----- *Por este motivo todos os moradores de mobilidade condicionada são obrigados a subir e a descer os 43 degraus sempre que necessitam de utilizar o comboio ou se encaminham para o centro da Freguesia de Benfica. Este problema arrasta-se pelo menos desde 2010 apesar das muitas insistências e interpelações feitas para sua resolução. -----*

----- *Alertamos para o facto de a qualquer momento poder ocorrer uma tragédia porque nem sempre uma idosa consegue arrastar com segurança até ao cimo da escada o carrinho do bebé ou o saco das compras, o risco da integridade física das pessoas é real e muito elevado e em caso de um ocorrência terão que ser imputadas necessariamente responsabilidades. -----*

----- *O corte de acessibilidade à rampa unilateralmente realizado pelas referidas entidades provocou uma clara e inaceitável discriminação e exclusão legalmente proibida. -----*

----- *Como seres humanos apelamos ao vosso humanismo para a resolução deste problema pois estamos a falar da vida das pessoas que é seriamente afetada por estes constrangimentos! -----*

----- Como munícipes e contribuintes exigimos a resolução deste problema, solicitamos assim à Assembleia Municipal de Lisboa que efetue todas as diligências necessárias para a rápida e urgente resolução deste problema! Amanhã já é tarde!-----

----- Para tal entregamos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa uma Petição para que este problema possa ser resolvido. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Muito obrigada, portanto, a Petição será naturalmente entregue, numerada e será apreciada em boa hora pela Assembleia Municipal e obrigada pelo problema que aqui trouxeram, que é de facto um problema real. -----

----- Vamos agora dar a palavra ao Senhor João Henrique Reis silva. Um problema relacionado com a piscina municipal do Alvito e Alcântara.-----

----- Portanto, Senhor João, boa tarde, tem os 3 minutos, faça favor a palavra é sua.” ---

----- **O Senhor João Henrique Reis Silva**, residente em Rua José Dias Coelho, nr.º30 1º esq., 1300-328 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente e o resto da Assembleia. -----

----- Nós estamos aqui sim para falar sobre o protocolo que existe na Câmara Municipal de Lisboa com o Atlético Clube de Portugal, relativo à piscina municipal do Alvito. -----

----- Temos dúvidas de que está a ser cumprido o plano de gestão da água e que estão a ser entregues o reporte trimestral e anual de atividades que tem que ser submetido à CML, conforme o que está estabelecido nesse protocolo. -----

----- Nós queríamos ter acesso a essa informação, queríamos ter acesso ao número de utentes e a sua evolução e dados e separação entre alunos, alunos que veem do protocolo com as escolas e os restantes atletas, queríamos saber qual é que é a evolução e qual é que sobe mais. -----

----- Queríamos saber também se há evidência de um centro contabilístico distinto do clube, que era uma das questões do protocolo. Essa informação é omissa no relatório de contas do clube, bem como é insuficiente o detalhe no orçamento de 2016. -----

----- Houve um esclarecimento feito por alguns sócios em tribunal, que está neste momento a decorrer os trâmites, para a clarificação das contas e que não foi prestado pela administração do Atlético. -----

----- Queríamos saber também que recursos humanos estão incluídos nas contas, custos da equipa de triatlo que estão incluídos nestas contas e se foram estes custos incluídos no protocolo com a piscina, parece que não estarão enquadrados. -----

----- Face aos problemas sentidos também pela equipa de natação é provável a saída de vários alunos, o que está eminente. Uma equipa que conseguiu chegar à quarta divisão neste momento, uma equipa de competição federada. -----

----- E queríamos que estes problemas não acontecessem realmente nesta piscina, como tal e conforme o protocolo, solicitamos a CML que mande fazer uma auditoria tendo como objetivo a defesa do bem comum que é a piscina do Alvito, pertença da CML e do correto uso dos dinheiros públicos com os quais a Câmara financia o uso desta piscina. -----

----- *Obrigado.* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor João Silva, nós vamos naturalmente encaminhar a vossa pretensão para a CML e logo daremos sinal da resposta. -----

----- Aí os serviços podem tomar... quer deixar algum documento? Não. -----

----- Portanto, está registado. Vai receber uma mensagem da Assembleia a dizer que isto foi enviado para a Câmara, vamos aguardar os esclarecimentos da Câmara relativamente aos elementos todos que pedem e para saber se a Câmara sempre decide fazer a auditoria ou não. -----

----- Aguardaremos pois que a Câmara se pronuncie e muito obrigado. -----

----- Vamos agora ouvir a Senhora Anabela da Piedade, é uma transferência de habitação.” -----

----- **A Senhora Anabela da Piedade**, residente em Rua Filipe da Mata n.º144 2º Dto. 1600-073 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Lisboa, Arquiteta Helena Roseta e boa tarde Senhores Deputados. -----

----- *Eu venho aqui já numa situação extrema, relativamente a um processo que tenho na Câmara desde 2004, uma transferência de habitação que só pude pedir em Janeiro deste ano porque demorei 11 anos a fazer uma transmissão de arrendamento para uma fração que não está de acordo com a tipologia adequada para o meu agregado familiar.* -----

----- *Acontece que o prédio aonde resido está muito degradado e tem-se vindo a degradar ao longo dos anos, independentemente de todas as diligências que efetuei para haver uma requalificação inclusivamente do prédio. Essa requalificação terminou agora, tendo culminado na requalificação de apartamentos que estavam vagos no prédio. Neste momento tenho tetos a cair, infiltrações de água, numa casa...* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, questionou: -----

----- “Dona Anabela desculpe, pode-me só dizer onde é que é?” -----

----- **A Senhora Anabela da Piedade**, retorquiu: -----

----- “Rua Filipe da Mata nas Avenidas Novas, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, questionou: -----

----- “É municipal ou privado.” -----

----- **A Senhora Anabela da Piedade**, retorquiu: -----

----- “É património municipal. Era privado anteriormente. -----

----- *Entreguei vários processos na CML, trouxe hoje um processo. A partir de Junho passei a corresponder-me com a Senhora Vereadora do Pelouro da Habitação, a Senhora Doutora Paula Marques, que há uma semana me respondeu que ainda está a reunir informação, pese embora já tenham lá passado uns 10 assistentes sociais, técnicos da Câmara, fiscais e que não resolvem a situação, estão a reunir informação para despacho superior.* -----

----- Amanhã tenho uma reunião marcada com a Senhora Arquiteta Margarida Saavedra, no entanto, resolvi fazer esta exposição aqui na CML no sentido de saber quando é que a Senhora Doutora Vereadora Paula Marques vai dar diferimento ao meu pedido. Dadas as circunstâncias eu posso dizer que a minha habitação é composta por uma cozinha e sala em simultâneo, um quarto e um quarto exterior à casa.

----- Neste momento o meu filho mais velho tem que dormir na cozinha porque um dos quartos está inutilizado e não consigo uma reposta desde Fevereiro até hoje. Não foi feita qualquer diligência por parte da CML, a não ser a visita de quatro técnicos da assistência social que a semana passada me responderam que ainda teriam que falar com a Senhora Vereadora. Eu não sei o que é que é necessário mais entregar, já entreguei toda a documentação, fotografias, toda a gente já viu o prédio, tenho aqui uma orientação da Senhora Doutora Helena Roseta...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, retorquiu: -----

----- “Eu vou-lhe só pedir que termine porque já terminou o seu tempo.” -----

----- **A Senhora Anabela da Piedade**, prosseguiu: -----

----- “Estou a terminar. -----

----- Tenho aqui uma orientação da Senhora Doutora Helena Roseta de 2011 que indica que na transferência de habitação deve ser tido em conta a área das divisões tornando, portanto, o imóvel e a vivência nos imóveis uma situação condigna. -----

----- Portanto, quero agradecer a todos e gostaria de entregar este processo e que alguém da AML falasse comigo no sentido de me indicar quando é que vou ter solução para este problema. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Naturalmente a documentação é entregue, que alguém da AML fale consigo ainda hoje será difícil porque o procedimento não é esse. Nós recebemos os seus documentos, enviamos para CML, eu própria faço diligências junto do gabinete da Vereadora para tentar acelerar o processo e saber o que se passa. Mas não posso garantir, uma vez que estou em reunião hoje até ao fim da tarde, que ainda hoje possa fazer isso, mas rapidamente o faremos e naturalmente juntando essa informação que a Senhora Anabela acabou de dizer que ia entregar. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Temos finalmente a última pessoa inscrita, a Senhora Dona Rita Constança Pereira Gorgulho, é um problema de transporte de alunos da EB 2/3 Luís de Camões no percurso entre a escola e o Pavilhão do Casal Vistoso para as aulas curriculares de Educação Física e Desporto Escolar. -----

----- Tem a palavra a Senhora Dona Rita.” -----

----- **A Senhora Dona Rita Constança Pereira Gorgulho** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. Boa-tarde a todos e a todas, o meu nome é Rita Gorgulho e represento a Associação de Pais de EB 2/3 Luís de Camões.-----

----- A nossa escola é uma escola pequena, quem olha para o seu tamanho não adivinha os perto de 600 alunos de segundo e terceiro ciclo que todos os dias lá têm aulas. -----

----- Fica aqui mesmo atrás, no Areeiro, no coração de Lisboa e começou por ser uma primária, passou a preparatória e hoje em dia recebe alunos do 5º. Ao 9º. Ano, todos os dias crianças entre os 9 e os 14 anos a frequentam e fazem dela a segunda casa.-----

----- Por ser tão pequena a nossa escola não dispõe de recursos que outras também perto daqui dão por garantidos! Não há sala de convívio onde os alunos se possam sentar e conversar, fazer trabalhos de casa e conviver, não podem permanecer depois do horário letivo nas instalações já que esta funciona por turnos e não tem capacidade para os albergar e a única bibliotecária do Agrupamento tem que se dividir pelas duas Escolas que o compõem não permitindo sequer usufruir da Biblioteca, pois seria humanamente impossível para alguém assegurar dois pontos de trabalho a tempo inteiro em dois locais distintos. -----

----- A nossa escola não tem sequer, e é por isso que aqui estamos, um sítio onde possam praticar desporto. A ausência desse equipamento e a natural obrigação curricular faz com que os alunos tenham que se deslocar a pé até ao Pavilhão do Casal Vistoso para poderem ter aulas de Educação Física. -----

----- O facto de eles terem aulas a cerca de 1 quilómetro da Escola não é algo que por si só preocupe os pais, as Instalações Municipais permitem-lhes experimentar todo o tipo de modalidades enriquecendo o seu currículo e o seu desenvolvimento pessoal. ---

----- O que preocupa os pais é o facto de eles serem obrigados a percorrer esse percurso a pé atravessando artérias perigosas da cidade, com um trânsito intenso, às vezes sob condições naturais adversas, à chuva e ao sol, carregados com volumes que chegam a ser superiores a 30% do seu peso. -----

----- Dou-lhes um exemplo: uma mochila escolar com os livros obrigatórios para um dia de aulas pesa qualquer coisa como 8 quilos, mais caderno ou menos caderno; o saco de desporto andarà por volta dos 2/3 quilos. Uma criança de 10/12 anos terá entre 30 e 40 quilos. -----

----- Imaginemos agora que a Câmara Municipal de Lisboa ou o Ministério da Educação obrigava 600 dos seus trabalhadores a percorrerem 1 quilómetro à chuva com 25 quilos às costas, ou seja, um terço do peso de um adulto médio, duas vezes por semana e era obrigatório percorrerem-no porque fazia parte das suas funções profissionais e não se podiam recusar a fazê-lo senão teriam sanções por parte dos seus superiores. O que é que acham que aconteceria? -----

----- No mínimo haveria capas de jornais a acusar a Câmara Municipal e o Ministério da Educação de abuso sobre os trabalhadores e à sua saúde por os exporem a esforços excessivos e evitáveis, de certeza de Associações de Trabalhadores ou Sindicatos organizariam para que houvesse uma forma de

transporte que garantisse que a sua saúde era salvaguardada e que poderiam desempenhar as funções com toda a sua segurança!-----

----- As crianças não têm quem as defenda e as represente senão nós pais e há 8 anos que os nossos 600 alunos percorrem obrigatoriamente a pé esse percurso sem o transporte que lhes salvaguarde a preserve a saúde! Basta um segundo de pesquisa no Google para se ver inúmeras recomendações e relatórios médicos que dizem sem sombra de dúvida que uma criança não pode transportar mais do que 10% do seu peso corporal às costas sem que haja lesões a longo prazo!-----

----- O que pedimos é simples e pensamos de elementar justiça, que os nossos pequenos trabalhadores, alunos de uma E B 2/3 do centro de Lisboa deixem de ser prejudicados pelo facto de não frequentarem um estabelecimento com as condições exigidas no século XXI e que possam pelo menos ter transporte entre a Escola e o Pavilhão onde obrigatoriamente têm uma disciplina curricular e o possam fazer com toda a segurança.-----

----- Exigimos que além de nós a Autarquia se preocupe também com o bem-estar destas crianças, é dever de uma Câmara Municipal proteger todos os seus munícipes, principalmente aqueles que não têm voz e que estão sob sua responsabilidade, a Autarquia tem meios para resolver este problema, basta um minibus para assegurar o transporte entre a Escola e o Pavilhão do Casal Vistoso, é isso que pedimos!”-----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte declaração:*-----

----- “Muito obrigada pelo problema que trouxe aqui, penso que realmente é relevante e, portanto, todos ouviram e iremos depois perguntar à Câmara o que é que a Câmara Pretende fazer nesta matéria.-----

----- Vamos agora entrar no nosso Período da Ordem do Dia, nós temos dois votos de pesar que foram apresentados, um Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Eugénia Cunhal, apresentado pelo Grupo Municipal do PCP e um Voto de Pesar pelo Comandante Manuel Pinto Machado apresentado pelo Grupo Municipal do CDS.-----

----- Eu pergunto aos Deputados do PCP se o Deputado Modesto Navarro quer apresentar o voto? Far-se-á uma leitura na Mesa? Muito bem.-----

----- E a mesma coisa pergunto ao Senhor Deputado do CDS, se a leitura é feita da Mesa?-----

----- Então eu peço ao Senhor Primeiro-secretário que leia o primeiro voto, ele começa com um poema, portanto, a leitura do voto inclui a leitura do poema naturalmente.-----

----- E peço o vosso silêncio, naturalmente, por maioria de razão quando estamos a tratar de um Voto de Pesar.”-----

*-----**Voto de Pesar pelo Falecimento de Maria Eugénia Cunhal***-----

----- “QUANDO VIERES-----

----- Encontrarás tudo como quando partiste.-----

----- A mãe bordará a um canto da sala...-----

----- Apenas os cabelos mais brancos-----

----- E o olhar mais cansado.-----

----- O pai fumará o cigarro depois do jantar-----

----- *E lerá o jornal.* -----
 ----- *Quando vieres* -----
 ----- *Só não encontrarás aquela menina de saias curtas* -----
 ----- *E cabelos entrançados* -----
 ----- *Que deixaste um dia.* -----
 ----- *Mas os meus filhos brincarão nos teus joelhos* -----
 ----- *Como se te tivessem sempre conhecido.* -----
 ----- *Quando vieres* -----
 ----- *Nenhum de nós dirá nada* -----
 ----- *Mas a mãe largará o bordado* -----
 ----- *O pai largará o jornal* -----
 ----- *As crianças os brinquedos* -----
 ----- *E abriremos para ti os nossos corações.* -----
 ----- *Pois quando tu vieres* -----
 ----- *Não és só tu que vens* -----
 ----- *É todo um mundo novo que despontará lá fora.* -----
 ----- *Quando vieres, In «Silêncio de Vidro»* -----
 ----- *Faleceu no passado dia 10 de Dezembro, aos 88 anos, Maria Eugénia Cunhal, militante comunista, com uma vida dedicada à luta contra o fascismo, pela liberdade, contra a exploração capitalista, pela democracia, pela paz, o socialismo e o comunismo.* -----
 ----- *Nascida a 17 de Janeiro de 1927 em Lisboa, foi professora de inglês, tradutora, jornalista e escritora.* -----
 ----- *Filha de Mercedes e Avelino Cunhal, e irmã de Álvaro Cunhal, desde sempre conviveu com a luta antifascista e com os ideais da liberdade e da democracia, e muito cedo conheceu a realidade da repressão fascista, com apenas dez anos visita o seu irmão Álvaro Cunhal na prisão.* -----
 ----- *Maria Eugénia Cunhal foi presa pela PIDE com 18 anos, e foi várias vezes detida para interrogatórios, quando o seu irmão Álvaro Cunhal se encontrava na clandestinidade.* -----
 ----- *Quando questionada sobre quando abraçou o ideal comunista, respondeu “É difícil dizer. Porque, no fundo, acho que sempre fui comunista, desde que tenho cabeça para pensar. Mas muito cedo, a minha opção foi tomada muito cedo, sem dúvida nenhuma.”* -----
 ----- *Maria Eugénia Cunhal é autora das obras O Silêncio do Vidro (1962), a História de Um Condenado à Morte (1983), As Mãos e o Gesto (2000), Relva Verde Para Cláudio (2003) e Escrita de Esferográfica (2008).* -----
 ----- *Publicou entre 1947 e 1951, na revista Vértice, vários poemas com o pseudónimo de «Maria André».* -----
 ----- *Fez a primeira tradução portuguesa dos contos de Tchekov, Os Tzibukine (1963). Atualmente estava organizada no Sector Intelectual-Artes e Letras da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português.* -----

----- Modesta, discreta, dedicada, fraterna, Maria Eugénia Cunhal deixa-nos o seu exemplo de verticalidade e firmeza de carácter, o amor aos outros, o interesse pelo ser humano, contra a exploração, contra a desigualdade. -----

----- O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 17 de Dezembro de 2105, delibere: -----

----- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Maria Eugénia Cunhal, guardando um minuto de silêncio; -----

----- b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à família. -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Comunista Português. -----

----- António Modesto Navarro.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Senhores Deputados pergunto se alguém quer usar da palavra? -----

----- Não havendo inscrições vamos proceder da seguinte maneira, vamos votar desde já o voto, depois vamos apreciar o outro voto e votá-lo também e faremos um minuto de silêncio no fim para os dois casos. -----

----- Portanto, eu ponho à vossa consideração, peço que tenham os cartões à mão, aqui não há grandes problemas, naturalmente, mas de qualquer maneira porque é mais simples para a Mesa. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Pesar n.º 1/89 pelo Falecimento de Maria Eugénia Cunhal**, subscrito pelo Grupo Municipal do PCP. O Voto de Pesar n.º 1/89 foi **aprovado por unanimidade**. -----

----- Iremos posteriormente fazer um minuto de silêncio, mas para já vamos passar ao Voto de Pesar 2/89, apresentado pelo CDS-PP, sobre o Senhor Comandante Manuel Pinto Machado. -----

----- Eu sei que está presente na sala um filho e a quem agradecemos a presença, aproveito para dizer que trabalhei com o seu pai na Câmara de Lisboa e noutras circunstâncias e, de facto, é uma pessoa que merece certamente a consideração dos representantes da cidade de Lisboa. -----

----- O Senhor Primeiro-Secretário vai ler o voto.” -----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento de Manuel Pinto Machado** -----

----- “Manuel Maria de Menezes Pinto Machado nasceu no Porto, em 16 de Novembro de 1943 e faleceu no passado dia 3 de Dezembro, em Lisboa, aos 72 anos de idade. -----

----- Casado com Maria Matilde de Cardoso Pinto Martha Pinto Machado, foi pai de dois filhos e avô de quatro netos. -----

----- Desde cedo abraçou a carreira das armas tendo sido um como militar, um Comandante distinto e, um Patriota que soube honrar as Forças Armadas em geral e a Marinha em especial. -----

----- Atestam esse facto os vários Louvores, Prémios e Condecorações, entre as quais se destacam: -----

----- Medalha Militar de Serviços Distintos com Palma – Prata; -----

----- Medalha Militar de Serviços Distintos – Prata;-----
 ----- Medalha Militar de Mérito Militar - 2ª classe;-----
 ----- Medalha de Comportamento Exemplar – Prata;-----
 ----- Medalha Comemorativa das Campanhas das Forças Armadas Portuguesas, legendas “Angola 1967/69” e “Ultramar 73/75”;-----
 ----- Ordem do Mérito da República – Comendador;-----
 ----- Medalha Naval de Vasco da Gama;-----
 ----- Medalha de Mérito da Cruz Vermelha Portuguesa;-----
 ----- Medalha da Ordem de Mérito de Brasília - Grã Oficial;-----
 ----- Personalidade impar da sociedade portuguesa, foi firme na defesa das causas assentes em valores como o humanismo e a justiça social. A sua dedicação à defesa da ética inspirou todos os que com ele contactaram, marcando decisivamente a vida daqueles que, em Portugal e no estrangeiro, tiveram o privilégio de com ele conviver.
 ----- Foi na qualidade de colaborador de Adelino Amaro da Costa, no Ministério da Defesa Nacional, que deu um contributo essencial para o civilismo do nosso regime democrático e para a reforma da decisiva Lei da Defesa Nacional.-----
 ----- Depois de passar à situação de Reserva, a seu pedido, por não ter sido autorizado a ocupar um cargo no Gabinete do Vice-Primeiro Ministro, em 1981, Manuel Pinto Machado foi um dedicado e notável militante, dirigente e personalidade do CDS, batendo-se sempre pelos valores da Liberdade, da Democracia e do Pluralismo.-----
 ----- Até ao seu falecimento, foi Presidente do Senado do Partido. Foi também Presidente da Concelhia de Lisboa do CDS e Vereador do Município da Capital, colaborador estreito de Nuno Abecassis.-----
 ----- É detentor da Medalha de Ouro de Mérito Municipal (Lisboa).-----
 ----- Mais tarde desempenhou as funções de Secretário-geral da UCCLA e de Presidente do Instituto Adelino Amaro da Costa.-----
 ----- Autor de várias obras e empenhado pensador da política lusófona de Portugal, Manuel Pinto Machado amou Portugal e serviu-o até ao fim.-----
 ----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 17 de Dezembro de 2015, presta homenagem ao cidadão, guarda um minuto de silêncio em sua memória e endereça à sua família as mais sentidas condolências.-----
 ----- Lisboa, 16 de Dezembro de 2015.-----
 ----- O Grupo Municipal do CDS-PP-----
 ----- Diogo Moura.”-----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----
 ----- “Senhores Deputados está à vossa consideração este voto, não vejo pessoas inscritas vamos pois passar à votação.-----
 ----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Pesar n.º 2/89 pelo Falecimento de Manuel Pinto Machado**, subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP. O Voto de Pesar foi **aprovado por unanimidade**.-----

----- (Neste momento a Assembleia, de pé, prestou um minuto de silêncio em homenagem às personalidades constantes dos votos de pesar) -----

----- Muito obrigado. -----

----- Vamos prosseguir então os nossos trabalhos.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DA PETIÇÃO 13/2015, NOS TERMOS DA PETIÇÃO E AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA-BASE: 51M A QUE ACRESCEM 10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; APRECIACÃO E DISCUSSÃO DO PARECER DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE E DA RECOMENDAÇÃO 1/89 DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE SOBRE A PETIÇÃO 13/2015.** -----

----- (A *Petição 13/2015-Plataforma em Defesa das Árvores*, fica anexado à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante); -----

----- (O *Parecer da 4ª Comissão Permanente* sobre a Petição 13/2015, fica anexado à presente ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados relativamente à Petição n.º 13/2015, eu tive a ocasião de falar ainda hoje com a representante, um dos subscritores, que me disse que os peticionários dispensavam a sua apresentação aqui hoje em sede de assembleia Municipal. -----

----- E recordo aos Senhores Deputados que o objetivo da Petição n.º 13/2015 era a suspensão imediata das podas e cortes das árvores em Julho, que foi na altura em que a Petição foi apresentada. Umavez que se passaram estes meses todos, entretanto a Câmara avançou para o projeto de regulamento, os peticionários entendem que a petição deixou de fazer sentido e, por essa razão, não estão presentes e justificaram deste modo. -----

----- Seja como for, a petição foi apreciada pela 4ª Comissão. O Relator foi o Senhor Deputado Miguel Santos a quem eu pergunto se quer apresentar o seu relatório? -----

----- Prescinde da apresentação do relatório. -----

----- O relatório da 4ª Comissão tem um conjunto de recomendações que, como habitualmente, nós transformámos em recomendação, é a Recomendação 1/89, apresentada pela 4ª Comissão que recolhe as conclusões do parecer sobre esta petição. -----

----- Antes de dar a palavra a quem está inscrito pergunto sobre esta Recomendação 1/89 se algum relator a quer apresentar? -----

----- Prescindem a apresentação. Penso que os Senhores Deputados têm a recomendação, fi-la distribuir por todos, ela está disponível também no *site* e, portanto, vamos dar a palavra aos Senhores Deputados que se inscreveram sobre esta matéria.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à apreciação da petição nº13/2015, sobre a suspensão imediata de poda e abate de árvores até à entrada em vigor do novo regulamento municipal do -----

arvoredo de Lisboa, «Os Verdes» começam por saudar esta iniciativa e os peticionários, que trazem a esta Assembleia um assunto que consideramos ser da maior importância para a cidade, que é a defesa das árvores, que são património e que devem ser tratadas como tal, como um bem público que é de todos nós.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Senhora Deputada desculpe, mas esta sala realmente tem condições um pouco deficientes. -----

----- Sempre que alguém está a falar está-se a ouvir, aqui então na Mesa ouve-se tudo. Portanto, eu pedia que se têm que falar, têm que falar lá fora que é para podermos a ouvir a Senhora Deputada com respeito.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra prosseguiu a intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- No geral, acompanhamos as preocupações da plataforma que impulsionou a petição que agora discutimos e não podemos fazer esta discussão sem nos recordarmos das várias situações que originaram preocupação e críticas por parte dos moradores, ao se depararem com determinadas intervenções no arvoredo. -----

----- «Os Verdes», no seguimento de inúmeras denúncias que receberam, chegaram a questionar a Autarquia depois de se deslocaram aos locais onde puderam constatar algumas situações de perplexidade e indignação por parte da população que dizia desconhecer as razões dos abates. Para evitar situações destas, consideramos que é fundamental que se saiba quais as razões que levam a determinada intervenção, que intervenção em concreto vai ser desenvolvida e quantos exemplares e de que espécies serão intervencionadas. -----

----- A este propósito recordamos também uma recomendação que apresentámos em Maio e que foi aprovada por unanimidade, que recomendava à Câmara que reconhecesse a importância ecológica das árvores de alinhamento e da arborização dos arruamentos, jardins e parques da cidade de Lisboa e que promovesse que só fossem removidas árvores quando tal fosse absolutamente, indispensável e após transparente divulgação de informação atempada aos munícipes, através da afixação de aviso junto das árvores a abater. -----

----- Ora, é precisamente isso que defendemos, quer o tratamento das árvores seja da responsabilidade da Câmara Municipal ou das Juntas de Freguesia, que ganharam competências nesta área e muitas vezes têm que delegar estes trabalhos em empresas. Para nós, tão importante como plantar novas árvores, é preservar e saber cuidar das árvores que foram plantadas no passado, e que fazem parte da memória dos locais e das pessoas que os habitam. -----

----- Também não podemos deixar de fora desta discussão outro ponto, é fundamental que se tenha presente que há muitas vezes soluções técnicas para as árvores doentes, permitindo que elas vivam mais tempo, sem colocar em risco a segurança de pessoas e bens. Por isso, defendemos que cada caso é um caso e por isso mesmo tem de ser analisado na sua individualidade. -----

----- Concretamente sobre o ponto principal da petição que remete para a suspensão imediata das operações de poda e abate de árvores até à aprovação do Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa, sobre o qual posteriormente teremos oportunidade de nos pronunciarmos, temos que ter presente que sendo competência das Juntas de Freguesia, esta Assembleia Municipal não poderá nem deverá condicionar a sua autonomia, além de termos que ter presente questões de segurança de pessoas e bens.--

----- Para terminar, dizer ainda que estamos de acordo com as recomendações feitas pela 4ª Comissão e que a serem tidas em conta, contribuirão para que o processo de tratamento do património arbóreo da cidade seja mais sério, mais cuidado e mais transparente. E acrescentar ainda que a Assembleia Municipal de Lisboa e especificamente a 4ª Comissão deverão, no nosso entender, continuar a acompanhar de perto esta matéria. -----

----- Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- Antes de dar a palavra ao próximo Deputado inscrito, informar o seguinte, o Regulamento Municipal do Arvoredo foi aprovado ontem em Câmara, ele agora vem para aqui para ser aprovado pela Assembleia Municipal. -----

----- Eu coloquei a questão em conferência de representantes, no sentido de saber se não deveria ser promovido pela assembleia um debate público sobre o regulamento antes da sua aprovação final. -----

----- A Câmara procedeu à sua consulta pública, obrigatória por lei, mas a Assembleia também pode promover esse debate. Houve consenso de todos os partidos nesse sentido, portanto, em Janeiro iremos promover, eu agora tenho que articular isto com a 4ª Comissão, iremos promover uma reunião da 4ª Comissão aberta ao público. Já informei os peticionários da 13ª Petição que poderiam participar nesse debate público e dar os seus contributos, uma vez que a Assembleia é soberana para aprovar o regulamento e pode inclusivamente na especialidade introduzir alterações, se for esse o caso e se se entender que elas são úteis. Portanto, temos ainda aqui uma instância de melhoria, se for o caso disso, de melhoria do documento final e, portanto, toas as achegas são oportunas e bem-vindas. -----

----- Posto isto dar a palavra ao Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, caros Vereadores, caros Deputados, caro público. -----

----- Gostaria obviamente em primeiro lugar de enaltecer a iniciativa dos peticionários na apresentação desta petição, revelador da utilização dos mecanismos de participação dos cidadãos nas decisões da cidade, mas lamentar também a ausência dos mesmos. ---

----- Quanto ao teor da petição apresentada e com base nas reflexões efetuadas no âmbito da comissão, serei sucinto mas gostaria de destacar alguns pontos. A base de preocupação dos peticionários prende-se com o elevado número, por vezes em

simultâneo, de abate e poda de árvores a que assistimos em particular no último ano. Embora pareça estranho, tal facto parece-nos que deva ser atribuído ao novo enquadramento dado pela Lei 56/2012, que estipula desde Setembro de 2013, que esta competência passe a ser das juntas de freguesia.-----

----- Tendo em conta a existência de relatórios no Município sobre o estado das árvores na cidade e o facto de os serviços camarários não conseguirem, muitas das vezes e em tempo necessário, dar resposta ao cumprimento das suas competências face á complexidade das intervenções em causa e num território tão vasto e diversificado, fez com que o legado deixado às juntas fosse grande e pesado.-----

----- Dessa forma, devido à proximidade com a população e conhecimento da realidade local e também dos anseios dos fregueses, as juntas de freguesia conseguiram dar uma resposta tão célere quanto possível à realidade que herdaram de forma eficaz e julgo prudente. E quando digo prudente, digo-o porque acredito que as juntas de freguesia em cada intervenção efetuada se basearam em pareceres técnicos internos ou de entidades externas que aferiram a necessidade, o momento e o modo como essas intervenções se efetivaram. -----

----- Aliás, ressalvo que recebemos vários documentos enviados pelas juntas, fazendo prova da fundamentação técnica sobre alguns dos casos que os peticionários evidenciaram. Também se deu o facto de algumas freguesias terem publicado no seu sítio na internet os pareceres técnicos, acrescentando assim à informação afixada no local de cada intervenção. -----

----- Posto isto e no segundo ponto, os peticionários colocam em questão o incumprimento por parte das juntas do novo Regulamento Municipal do Arvoredo. Ora, tal questão não se coloca no momento, uma vez que o projeto de regulamento esteve sobre consulta pública e foi apenas apreciado e votado na sessão de Câmara de ontem, não tendo ainda esta Assembleia se pronunciado sobre o mesmo, logo, tal regulamentação não está em vigor. Contudo, os alertas deixados pelos peticionários deverão ser tidos em conta aquando a sua apreciação em sede de comissão e também neste Plenário. -----

----- Numa terceira e última nota, solicitam os peticionários a suspensão imediata dos abates e podas efetuadas pelas juntas, matéria essa em que a Assembleia Municipal não detém competências para o efeito a não ser para pronunciar sobre as áreas definidas como estruturantes. -----

----- Por fim, resta-me subscrever as recomendações apresentadas e efetuadas pela 4ª Comissão e agradecer aos peticionários uma vez mais e, lamentando também uma vez mais a sua ausência, o olhar atento e dedicado ao nosso património que é de todos. E deixar o compromisso da parte do CDS, mas penso que também da 4ª Comissão e desta Assembleia, do acompanhamento deste tema.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Não temos mais deputados inscritos sobre esta matéria, portanto, Senhores Deputados está para nossa apreciação a Recomendação 1/89 da 4ª Comissão.-----

----- Eu iria pedir talvez ao Senhor Primeiro-Secretário ou então, o Senhor Relator disse que dispensava a leitura da recomendação, pelo menos a parte deliberativa. -----

----- Portanto, a recomendação retoma as conclusões do parecer e pedia ao Senhor Primeiro-Secretário que lesse pelo menos a parte das recomendações à Câmara, porque temos que as votar. -----

----- Votamos a deliberação toda no seu conjunto.-----

----- Muito bem. O MPT vai depois apresentar uma declaração de voto, fica já anunciado.-----

----- E eu pedia ao Senhor Primeiro-Secretário para ler a parte das recomendações à Câmara.” -----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário**, no uso da palavra, leu as recomendações à Câmara constantes na Recomendação 1/89 da 4ª Comissão:-----

----- “A Assembleia Municipal delibera recomendar à Câmara Municipal de acordo com o proposto pela 4ª Comissão Permanente: -----

----- Proceda à consensualização com as Freguesias de Lisboa das disposições do futuro Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa, no sentido da adoção mútua das práticas respetivas;-----

----- Coloque à disposição todos os meios técnicos de que dispõe, na ocasião das operações de manutenção do arvoredo levadas a cabo pelas Juntas de Freguesia;-----

----- Defina com urgência e proponha à Assembleia Municipal de Lisboa, os limites precisos das operações estruturantes e não estruturantes, em matéria de tratamento do património arbóreo da cidade.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “É sobre isto, portanto, que somos chamados a votar. É a Recomendação 1/89, portanto, esta é a parte deliberativa da Recomendação e eu não havendo mais Senhores Deputados inscritos vou proceder neste momento à votação. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação 1/89** inserida no **Relatório da 4ª Comissão sobre a Petição 13/2015**. A Recomendação 1/89 foi **aprovada por maioria**, com abstenção de MPT e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6IND.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Miguel Santos (MPT)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião Extraordinária realizada no dia 17 de Dezembro de 2015 a sua Declaração de Voto referente ao Relatório elaborado pela 4ª Comissão Permanente – Ambiente e Qualidade, acerca da **Petição nº 13/2015 – “Suspensão imediata de poda de árvores, antes de vigorar o novo Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa”, que mereceu a abstenção deste Grupo Municipal, com os seguintes fundamentos:** -----*

----- 1 - No Desenvolvimento do Relatório é sublinhado no ponto 5 que “Cabe sublinhar que a rapidez dessas intervenções foi potenciada pelo conhecimento das Juntas do estado de carência de tratamento das árvores nas suas Freguesias e a certeza de que qualquer incidente de queda de ramadas ou de troncos, por via de limitação da sua integridade e resistência, poderia muito lamentavelmente causar acidentes e danos graves em termos humanos e materiais, pelos quais as Juntas passariam a ser responsabilizadas”. **O Partido da Terra defende que a necessidade de alguns abates radicais por questões de proteção de pessoas e bens está ligado ao abandono e falta de manutenção dessas mesmas árvores.** A correta seleção de árvores e a manutenção atempada, com técnicos especializados, são princípios fundamentais para uma gestão sustentada do património arbóreo da cidade.-----

----- 2 - Na Apreciação dos termos da Petição, é referido que é “demasiado pessimista e carente de real fundamento, a conclusão de que as freguesias não obedecerão ao que ficar previsto no Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa” por parte dos Peticionários. **No entender do Partido da Terra as preocupações dos peticionários são legítimas e não infundadas,** dado que no Período de Consulta Pública, não constava no regulamento nenhum artigo que obrigasse as Juntas de Freguesia a cumprir o mesmo; -----

----- 3 - No que diz respeito às conclusões que a Comissão retira, relativamente aos documentos que acompanham a Petição n.º 13, às audições e contactos subsequentes, **o Partido da Terra não concorda que não seja executável a suspensão imediata das operações de manutenção do património arbóreo da cidade, pelo contrário.** Não só, devido ao desconhecimento da data da aprovação do Regulamento que já esteve em discussão pública e estar em iminência mais operações de poda e abate na cidade de Lisboa, por força de empreitadas assumidas com empresas eventualmente já adjudicadas, mas também, porque **sempre que possível deve-se evitar a poda** (Michau, 1998). Acresce ainda o facto, **de a poda dever ser executada apenas durante o seu repouso vegetativo através das boas práticas,** que possivelmente estejam em falta, ou seja, **operações de formação e manutenção corrente, que obviamente excluem as podas drásticas que se tem vindo a efetuar e perpetuar por toda a cidade.** -----

----- 4 - **O Partido da Terra concorda com a recomendação da 4ª Comissão Permanente,** no entanto, considera pertinente que a Recomendação deveria contemplar um quarto ponto. **Ponto este, que consistiria em recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que estabeleça protocolos com entidades que possam atestar o real estado fitossanitário das árvores, como por exemplo, Instituto Superior de Agronomia (ISA), Jardim Botânico, entre outras, com competências na área.**-----

----- Lisboa, 17 de Dezembro de 2015 -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra -----

----- O Deputado Municipal -----

----- Vasco Miguel Santos” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quanto à Petição 14/2015 que é o ponto seguinte da ordem de trabalhos, conforme eu já esclareci, atendendo a que o parecer só me chegou hoje eu proponho o seu adiamento para que haja tempo para que os peticionários reajam ao parecer, enfim, se tiverem alguma coisa a dizer e para prepararmos as nossas intervenções. Portanto, será agendada em Janeiro. -----

----- Vamos passar ao Ponto 3 e eu vou pedir a vossa ajuda aqui.” -----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO FINAL DO DEBATE TEMÁTICO “DEMOGRAFIA E MIGRAÇÕES EM LISBOA” E DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO SOBRE O DEBATE TEMÁTICO “DEMOGRAFIA E MIGRAÇÕES EM LISBOA” (6ª CP), AO ABRIGO DO ARTIGO 39º DO REGIMENTO DA AML E DA DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA 02/CR/2015 - DEBATE TEMÁTICO «DEMOGRAFIA E MIGRAÇÕES EM LISBOA»; GRELHA- BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (O *Relatório Final e a Proposta de Deliberação do Debate Temático ‘Demografia e Migrações em Lisboa’*, fica anexado à presente ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante);-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “É o relatório final do Debate Temático Demografia e Emigrações em Lisboa, com uma proposta de deliberação apresentada pela 6ª Comissão em conjunto com os relatores das várias sessões do debate temático. -----

----- Acontece que o Senhor Presidente da 6ª Comissão, como eu também já tive ocasião de dizer, está com um problema de saúde, está internado, não está presente e seria com certeza com ele a apresentação com gosto e empenho como ele sempre põe em todas as coisas que faz. -----

----- Pergunto se algum...ah, a Senhora Deputada Maria Begonha, se pode, não...dispensa a leitura do relatório, mas de qualquer maneira a proposta de deliberação eu penso que tem que haver aqui uma apresentação, senão temos que a ler toda integralmente. Portanto, eu pedia se a Senhora Deputada pode fazer a apresentação da proposta de deliberação? Tem-na consigo? A proposta de deliberação?-----

----- A proposta de deliberação consta de dois pontos, é conclusões e recomendações. -

----- Ah, Senhora Deputada se estava inscrita para falar, pode na primeira parte se quiser faz uma apresentação sumária do vosso parecer e depois fala na qualidade de Deputada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Begonha (PS)** apresentou, na qualidade de **Relatora da 6ª Comissão Permanente**, o parecer da mesma sobre a Petição 14/2015: -----

----- “Bem, então aqui numa dupla qualidade.-----

----- Boa tarde Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público presente. -----

----- O Senhor Presidente da 6ª Comissão de facto não pôde estar. -----

----- Fazendo uma apresentação muito sumária, as conclusões e as recomendações resultaram daquele que foi o contributo, que eu quero desde já, queremos também em nome da Assembleia e em nome do PS, que eu quero agradecer, quer a iniciativa do Senhor Deputado e líder da bancada do PS José Leitão quer o Senhor Deputado Miguel Graça, a iniciativa de propor este importante debate quer os contributos de todos aqueles que nos acompanharam ao longo de quatro sessões enquanto interlocutores, expressando a sua opinião e o seu contributo, para aquele que é um debate vital na cidade.-----

----- Quer as conclusões quer as recomendações incidem sobretudo num espírito de valorização da interculturalidade da cidade de Lisboa e de inclusão de refugiados e de imigrantes, que é uma questão de respeito de direitos humanos primeiramente e nesses pontos houve de facto consenso na sede da comissão.-----

----- As recomendações resultam também naturalmente desse esforço de consensualização face às conclusões e, muito rapidamente, dizem respeito à valorização da integração do contexto também da questão dos refugiados que obviamente teve uma outra intensidade entre nós e na Europa e no nosso contexto já depois do debate.-----

----- Também a questão de valorizar mais espaços de partilha e diálogo inter-religioso, intercultural em Lisboa. E uma terceira recomendação sobre a casa de África que era, aliás, também já uma proposta que a Câmara tinha presente.-----

----- Nesse sentido Senhor Presidente, depois desta apresentação sumária farei uma intervenção do PS sobre estas quatro sessões.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Begonha (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A Assembleia Municipal realizou então estas quatro sessões de debate sobre migrações e hoje as suas conclusões, como dizia, no decurso dos debates foi sobretudo debatida a necessidade de inclusão no qual a juventude socialista e o PS se revêm na totalidade.-----

----- Uma necessidade de aprofundamento de direitos políticos, de cidadania para os imigrantes na Europa, em Portugal, uma necessidade de aprofundamento de direitos políticos também, para que existam verdadeiras políticas de inclusão de todas as culturas e nacionalidades que coexistem na cidade de Lisboa.-----

----- Quisemos responder a um princípio máximo que nos quer guiar, que é o da igualdade para todos entre todos. Quando falamos de igualdade e da população imigrante nas nossas comunidades, queremos também falar de igualdade de oportunidades, igualdade na oportunidade no acesso ao emprego e de participação no tecido económico e produtivo da cidade.-----

----- Sabemos que estes objetivos não estão totalmente alcançados. O retrato da população imigrada revela vulnerabilidades, há necessidade de instrumentos de apoio abrangente que também é consubstanciada pelo Plano de Integração dos Imigrantes de Lisboa.-----

----- Como disse há pouco as recomendações aqui espelhadas foram também as possíveis a nível de consensualização, embora demos grande importância ao debate

que nos acompanhou durante quatro sessões. É natural que os partidos nesta Assembleia não tenham todos a mesma visão, mas quero também ser muito clara na razão desta não ser uma preocupação maior do PS e daqueles que partilham os nossos valores de que não poderão haver cidadãos de primeira e de segunda, que tem a ver com o próprio trabalho que o Executivo, que a Câmara, através dos direitos sociais têm desenvolvido e tem planeado nesta área.-----

----- Por um lado o absoluto empenho em melhorar as condições para o exercício da cidadania, o compromisso com a educação para os direitos humanos e direitos sociais, uma verdadeira política de integração de pessoas refugiadas também através dos direitos sociais, reforçar trabalho conjunto com organizações para a integração de novos residentes estrangeiros imigrantes e refugiados. A Câmara tem também a intenção de reforçar o trabalho conjunto para integração da educação, também para a própria integração quer de refugiados, quer de imigrantes, quer também destacando o diálogo inter-religioso, por exemplo na última terça-feira falamos até na construção da nova mesquita da cidade de Lisboa.-----

----- Gostava também de dizer que para além do importante contributo que estes debates foram, também nos obriga a uma reflexão maior. Na terça-feira o nosso Presidente de Câmara também, Fernando Medina, deu um contributo importante. É contributo político de que a inclusão e a igualdade na cidade de Lisboa, que é aliás, um cidade atípica onde se verifica algum crescimento da população imigrante ao contrário do País. É um contributo político também para aquele que tem sido o diálogo, no País e na Europa, do problema da exclusão ou da inclusão dos refugiados e de imigrantes.-----

----- Gostava de dizer também, só para terminar, que na nossa política em Portugal temos falado muito de radicalismo, a nossa direita tem falado muito dos radicalismos de esquerda. Mas na verdade se traçarmos neste momento um retrato da situação Europeia, para a qual Portugal e a cidade de Lisboa tem de contribuir para combater, se pensarmos no cenário Europeu sabemos que o que devemos temer na Europa são movimentos radicais que apareceram também num momento de crise, com discursos populistas e fáceis, com discursos muitos deles também radicados em xenofobia e exclusão. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, restantes membros da Mesa, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público, jornalistas, funcionários. -----

----- Chegam hoje a Portugal 24 refugiados oriundos de África e Médio Oriente, vindos de Roma e Atenas, num esforço do ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, para solucionar a presente crise demográfica e o acolhimento de refugiados fugidos da guerra, da morte e da fome. -----

----- Sabemos que entre Janeiro e Novembro deste ano chegaram à União Europeia perto de 1,5 milhão de pessoas, o maior número de sempre. Até agora, oficialmente,

mais de 3670 refugiados ou imigrantes morreram desde o início do ano no Mediterrâneo. As ONG estimam que o número seja muito maior e que muitos mortos fiquem por contabilizar. Hoje, faltam ainda rotas legais e seguras, o que leva famílias desesperadas a pagar a contrabandistas e a arriscar a sua vida em perigosas viagens. ---
----- Porém, ainda em finais da Primavera deste ano, o anterior Primeiro-Ministro de Portugal se esforçava por apresentar uma contraproposta à Comissão Europeia sobre a redução da quota para acolhimento de refugiados, tendo chegado a enunciar critérios para a sua fixação, e onde as questões humanitárias estavam excluídas de qualquer equação. Ficámos apenas por saber qual teria sido a sua reação se a ‘maré migratória’ tivesse dado às costas nacionais e se na altura não teria antes ficado aos gritos com a União Europeia para uma urgente redistribuição e apoio aos refugiados eventualmente entrados em Portugal. -----
----- E o nosso País, que tinha uma quota para receção de 15 refugiados em 2013 e de 45 refugiados em 2014, até então nunca as tinha cumprido. Ou seja, na altura o anterior Governo Português ainda andava a regatear a redução da quota atribuída a Portugal. Aliás, para quem promoveu a emigração forçada de tantos jovens portugueses, não seria de esperar outra posição. -----
----- Foram necessárias as sucessivas imagens chocantes de centenas de milhares de seres humanos a chegarem à Europa ou a morrerem às suas portas, fugindo da guerra, da pobreza, do desemprego e da destruição dos seus países, fruto de processos de ingerência e de interesses económicos externos para captura direta dos seus recursos naturais. Quando deveríamos estar a atacar as causas da destabilização e pilhagem dos recursos desses países, pondo termo às agressões externas, eis-nos que ainda recentemente tivemos de voltar a assistir a ações militaristas e a exercícios militares da NATO em Portugal e outros países mediterrânicos, para um hipotético ensaio de futuras ingerências. -----
----- O debate nesta Assembleia sobre ‘Demografia e Migrações’, que decorreu entre Abril e Maio deste ano, só agora coligiu o seu excelente relatório e respetivas conclusões, mais de 6 meses depois. Mas já em meados de Junho “Os Verdes” haviam alertado para o problema e apresentado nesta Assembleia uma recomendação sobre o candente tema dos refugiados. -----
----- É que, para “Os Verdes”, todos temos de trabalhar em conjunto a nível nacional, sabendo que estamos a falar de pessoas. Amanhã, poderemos ser eu ou tu. -----
----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara que ainda não o tinha cumprimentado. -----
----- Dizer que está muito calor aqui na sala, já sei que também não temos ar-condicionado a funcionar, é um *karma* nosso.” -----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O *karma*, é um *karma* que deve estar associado à minha pessoa, porque realmente avariaram os ares-condicionados.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS)** prosseguiu:-----

----- “Deve ser a nós todos, é a nós todos, está muito calor aqui efetivamente. -----

----- Muito bem, sobre o relatório gostaria de começar por enaltecer obviamente a iniciativa da Assembleia Municipal em promover o debate em apreço, numa altura em que o mundo e em particular a Europa assistem a fenómenos demográficos e migratórios de relevo, aos quais importa dar especial atenção. -----

----- Neste contexto, Lisboa não pode e não quis ficar alheia a esta reflexão de que a realização das três sessões temáticas e os seus intervenientes e ainda do empenho da 6ª Comissão e dos Deputados Relatores ao tema é exemplo. -----

----- A imigração é tradicionalmente explicada pela combinação de três fatores diferentes, as pressões demográficas, as necessidades de indústria Ocidental e as dificuldades do Terceiro-Mundo normalmente associadas a conflitos violentos. -----

----- A projeção sobre o futuro da evolução destas três variáveis conduz alguns a pensar que o aumento da imigração é inevitável e resulta fundamentalmente do contraste entre os países do Norte com um alto nível tecnológico, industrial, baixa demografia, proteção social e bons salários e os países do Sul com equilíbrios políticos frágeis, expansão demográfica e com estruturas económicas pouco ou mal desenvolvidas. -----

----- Independentemente do ponto de observação o fenómeno da imigração é negativo. Quem pode achar normal que grupos populacionais cada vez mais numerosos sejam obrigados a expatriar-se porque não encontram nos seus países de origem as condições de trabalho que lhe permitiriam ter uma existência decente. -----

----- Os imigrantes não vêm para os países Ocidentais por prazer ou por turismo, mas por pura necessidade o que implica dizer que a sua expatriação não é o resultado de uma livre escolha. A imigração neste sentido é uma forma entre outras de deportação ou auto-deportação. As primeiras vítimas são os próprios imigrantes, o saldo final é para eles a perda da sua terra-natal, a erosão das suas raízes, as dificuldades de inserção num meio estranho e por vezes hostil, ao mesmo tempo os países de origem perdem recursos e energia humana. -----

----- O facto de o debate sobre a imigração na sociedade se descolar atualmente do político e do económico para o cultural e religioso, é por si revelador. No padrão de sociedade em que vivemos nada é mais suscetível de fazer renascer afirmações identitárias excessivas, diria mesmo patológicas, que a vontade de negar as diferenças normais e aniquilar as comunidades em proveito de um modelo único quer este seja centralista ou individualista.-----

----- A assimilação produz a revolta e a crispação a menos que se transforme numa anemia social. Todo o excesso num sentido induz ao excesso inverso. Os extremos confortam-se mutuamente, pelo contrário os grupos etno-culturais diferentes serão melhor integrados se livremente conservarem uma articulação comunitária forte ao mesmo tempo que enriquecem a nossa sociedade, a sociedade de todos. -----

----- O modelo proposto consiste em procurar a integração, não apesar ou contra as suas origens, mas graças a elas. É um desafio para o pluralismo. O multiculturalismo implica autonomia, à falta da qual pode desembocar no multi-racismo, pelo que importa conhecer o estado atual e real dos imigrantes que residem ou trabalham na cidade de Lisboa.-----

----- Nesse sentido acompanhamos a maioria das conclusões da proposta de deliberação da 6ª Comissão para este debate, embora no ponto 15 manifestemos reservas contra a abolição da exigência legal de reciprocidade nos estados de origem dos imigrantes para em Portugal lhes ser concedidos direitos de cidadania, uma vez que isso constituiria um princípio de desigualdade para com os cidadãos Portugueses que vivem nesses mesmos países e que não podem participar ativamente e de forma democrática na política local. -----

----- Também realçamos que nestas conclusões deveria ter sido inscrito um campo de obrigações dos imigrantes, com o total respeito pelas leis da República Portuguesa, nomeadamente aquelas que dizem respeito à igualdade de género e ao respeito pelas diferenças sexuais e religiosas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Naturalmente o PCP congratula-se com a forma como decorreu este debate temático e a importância e oportunidade em que aconteceu. -----

----- Na verdade o debate permitiu verificar que apesar das boas intenções em matéria de imigração, particularmente imigração laboral, nem sempre os imigrantes em Portugal beneficiaram das atenções devidas. Particularmente no mundo do trabalho, tendo caído frequentemente em situações de desqualificação laboral e desqualificação de forma de trabalhar e receber os proventos do seu trabalho. -----

----- Portanto, ficámos satisfeitos que todos tenhamos participado na ideia de que é necessário preparar projetos e formas de integração e receção aos imigrantes que nos procuram para melhorar a sua vida e, assumirem os iguais direitos que os trabalhadores nacionais.-----

----- Penso que foi um momento bom de reflexão, foi longo e penso que oportuno, mas deverá ser continuado porque não está garantido que não aconteça, como no passado e até no presente que os imigrantes em Portugal não sejam, apesar de teoricamente bem recebidos, na prática são marginalizados.-----

----- Um outro ponto do debate que também focou, muito importante, foi oportuno, muito oportuno, foi a questão dos refugiados. Naturalmente houve diversas opiniões, mas uma questão crítica e importante que é, enfim, o motivo desta minha intervenção é o ter ficado apesar de tudo pouco valorizado a leitura e análise das causas dos refugiados de hoje, das causas externas e do que está acontecendo nos países de origem destes refugiados.-----

----- Ficamos muitas vezes na leitura simples de que são guerras, são problemas, lá longe e falta assumir claramente que a maior parte dessas causas reside na intervenção

de potências externas nesses países, algumas delas grandes potências Europeias que fazem o mal e a caramunha. Lançam a bomba hoje, recolhem o refugiado amanhã. É um processo cínico, hipócrita e que deveria levar a pensar que sem parar este modelo promotor de refugiados, não há forma de os parar. E depois fica-nos a hipótese última, que é, feito o mal vamos receber então muito bem os refugiados que provocámos. -----
----- Por isso este apelo a que nós também participemos neste processo e nestas novas condições políticas, isto é, mais favorável é que há que denunciar intervenções militares promotores da guerra e depois tristemente chorar a vinda dos refugiados. -----
----- Nós Portugal e nós próprios aqui em Lisboa, não podemos apoiar a guerra para depois recebermos refugiados. -----
----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, creio que não há mais intervenções neste ponto. A Mesa iria pôr à vossa consideração a Recomendação n.º 1/89, apresentada com base no relatório, peço desculpa, não é nada disso. É a Proposta de Deliberação sobre o Debate Temático ‘Demografia e Migrações em Lisboa’, isto é que é, é disto que estamos a falar. -----

----- Há o relatório, os relatórios são apresentados não são votados, mas sobre o relatório há uma proposta de deliberação e sim temos que votar. -----

----- Ela tem duas partes, um conjunto de conclusões e um conjunto de recomendações à Câmara. A proposta é omissa no que diz respeito ao seu encaminhamento, caso ela seja aprovada naturalmente a Mesa irá encaminhá-la para todos os parceiros que participaram no debate e para os órgãos de soberania, para a CML e para as entidades que estão neste momento envolvidas no acolhimento aos refugiados em Portugal. Portanto, acho que faz todo o sentido, enviarmos para conhecimento. Naturalmente podemos juntar, como o Senhor Deputado Sobreda Antunes referiu, há outras deliberações da Assembleia sobre esta matéria que não forma incorporadas no relatório, podemos juntar tudo e mandar tudo. -----

----- Vamos então nesta altura pôr à consideração esta Proposta de Deliberação. -----

----- Podemos votá-la no seu conjunto? Alguém pede para isolar algum ponto? -----

----- Não há pedido para isolar ponto nenhum. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta de Deliberação sobre o Debate Temático ‘Demografia e Migrações em Lisboa’**. A Proposta de Deliberação foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Penso que esta aprovação é importante, esta unanimidade da Assembleia Municipal em torno deste tema tão importante, penso que dá uma especial autoridade ao Município de Lisboa para poder assumir as suas responsabilidades nesta matéria e, portanto, fica registada a vossa votação.” -----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 624/CM/2015 - VERSÃO FINAL DO PLANO DE PORMENOR DA PEDREIRA DO ALVITO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS À PROPOSTA 111/CM/2014 EM OBSERVÂNCIA DAS RECOMENDAÇÕES DA 3ª COMISSÃO**

PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 90.º DO DECRETO-LEI Nº 80/2015 DE 14 DE MAIO; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS; APRECIACÃO DO PARECER DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE.-----

----- (A *Proposta 624/CM/2015 - Versão Final do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito*, fica anexado à presente ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante); -----

----- (O *Parecer da 3ª comissão Permanente sobre a Proposta 624/CM/2015*, fica anexado à presente ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar agora para o Ponto 4 da ordem de trabalhos.-----

----- É a versão final do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito.-----

----- Este plano já cá esteve através da Proposta 111/CM/2015. A Proposta 111/CM/2015 foi apreciada pela 3ª Comissão, voltou para trás com uma série de recomendações que a Câmara disse que estava interessada em acolher e, portanto, reformulou a proposta e assim veio a Proposta 624/CM/2015.-----

----- A 3ª Comissão apreciou-a e considerou que as alterações que estavam de acordo com as recomendações da comissão, em todo o caso eu pergunto à Câmara se quer fazer alguma apresentação desta Proposta 624/CM/2015?-----

----- A Câmara prescinde da apresentação.-----

----- O Senhor Deputado Relator é o Senhor Deputado Miguel Gama, queira apresentar se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** na qualidade de Relator da 3ª Comissão Permanente, leu o parecer da mesma, sobre a Proposta 624/CM/2015, o qual se encontra apenso à presente ata como referido anteriormente.-----

----- Senhores Vereadores, Senhores Deputados.-----

----- Trata o presente Parecer da análise à proposta 624/2015, a qual consta de submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa a versão final do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito.-----

----- Esta proposta tem como pontos deliberativos aprovar a versão final do Plano, confirmar a revogação das propostas 102/2012 e 593/2012, aprovar a área de espaço verde, recreio e produção requalificado no Plano como espaço central e residencial a consolidar.-----

----- É de ressaltar que este Plano tem origem na Reunião de Câmara de 25 de Março de 2009, na qual foi deliberado de acordo com a proposta 266/2009 proceder à elaboração do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito e aprovar os respetivos termos de referência. Desde então o Plano seguiu os procedimentos administrativos com alguns entraves à sua conclusão dada a constante necessidade de o adotar ao contínuo legislativo.-----

----- Na reunião de 26 de março de 2014 a Câmara Municipal aprovou sobre a proposta 111/2014 a versão final da proposta do Plano, em sede de análise da 3ª Comissão foi deliberado um Parecer pela Excelentíssima Senhora Deputada Sofia

Cordeiro, este Parecer recolhia algumas preocupações para com o Plano apresentado e efetuava um conjunto de sugestões que no entendimento dos Deputados poderia melhorar significativamente esta proposta. -----

----- De forma sucinta, a redução das volumetrias, pois entendia-se que havia um excesso do número de pisos dos edifícios que constituíam este Plano, a alteração da localização dos equipamentos dotando-os de uma maior centralidade, a aplicação de critérios objetivos de sustentabilidade, através de uma avaliação que o sistema lidera e a apresentação do novo cronograma de execução das infraestruturas que garantisse a utilização de espaços comuns pelos moradores também durante a execução da obra. ---

----- Tendo em atenção do exposto a avaliação da proposta 624 focou-se na verificação que as verificações efetuadas pela 3ª. Comissão foram atendidas na formulação do Plano bem como na verificação, que não foi introduzida qualquer outra alteração que pudesse vir a alterar o sentido pretendido. -----

----- Após a avaliação dos documentos apresentados concluiu-se que as documentações estão contempladas na versão final, verificou-se ainda que foram reforçados os contributos do Regimento da Sapadores Bombeiros, da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes e da Equipa do Plano de Acessibilidade Pedonal. -----

----- Por fim também se verificou que a proposta está instruída com os elementos legais exigíveis e necessários, é ainda de destacar que esta proposta foi aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara de Lisboa no dia 28 de outubro de 2015. -----

----- Face ao apresentado verificou-se estarem reunidas as condições da proposta ser apreciada em Plenário nos termos que foi submetida, sendo a opinião do Relator que a mesma merece ser aprovada. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Nós colocámos, quando a versão da proposta foi apresentada, várias críticas quanto aos usos previstos e à localização das zonas habitacionais, tinham de facto problemas inclusive de insalubridade. -----

----- Havia problemas relacionados com o consumo energético e a falta de qualidade ambiental e havia problemas com a futura conservação e manutenção do edificado previsto. -----

----- No nosso entendimento a antiga pedreira devia ser requalificada como zona de indústria poluente de baixo impacto, seria o mais indicado para aquela zona e a situação da proximidade de Monsanto levantava-nos uma crítica a mais uma agressão ao Parque. -----

----- Efetivamente no âmbito da 3ª. Comissão, com as várias propostas de alteração críticas que foram formuladas, esta proposta foi retirada e foi alterada e sobretudo passou pela intervenção dos Órgãos da Freguesia e da população e portanto vem hoje aqui profundamente alterada e mais adequada em relação à ocupação daquela zona, no entanto a questão de fundo que nós levantámos desde início na Câmara e aqui na

Assembleia mantemo-la, era uma zona que deveria ser de facto direcionada para outro tipo de ocupação, de qualquer modo houve este processo democrático de adequação à realidade e eu só queria lembrar aqui e, portanto, louvar todo esse trabalho que foi realizado, com os cumprimentos ao Senhor Presidente da 3ª. Comissão e aos outros Membros da Comissão, os participantes ao nível da Freguesia e à Junta de Freguesia, aos eleitos e à população e queria lembrar que ainda recentemente um munícipe veio aqui levantar algumas questões em relação a este Plano de Pormenor, nomeadamente a questão dos acessos à Ponte, como é que estaria salvaguardada esta questão em termos de direito das populações ocupante, que virá a residir ali e também da própria Freguesia. -----

----- Não sei se a Câmara terá, se o Senhor Vereador Manuel Salgado não está, não sei se terá algum esclarecimento sobre esse assunto, mas de qualquer modo eu retive essa intervenção há coisa de um mês aqui na intervenção do público, retenho nomeadamente essa questão que foi levantada e gostaria que a Câmara desse alguma explicação sobre o assunto. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, eu ia-vos pedir um favor, quando tiverem que sair dos vossos lugares peço para irem lá por detrás e saírem pela vossa coxia do lado esquerdo e não pela coxia do lado direito porque as pessoas que estão a falar, perturba muito quem está a falar verem pessoas constantemente a passarem pela frente, portanto eu peço, é uma voltinha um bocadinho maior sobretudo para as pessoas que estão do lado esquerdo da sala, é uma voltinha um bocadinho maior mas realmente é preferível para quem estiver a usar da palavra. -----

----- Também queria dizer ao Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro que essa intervenção do público que foi feita sobre a Pedreira do Alvito foi enviada para a Câmara e a Câmara vai-nos enviar uma resposta por escrito que será dado conhecimento a quem o suscitou, fazemos sempre isso, às vezes demora um pouco mais a resposta a chegar, mas é sempre respondido por escrito à pessoa que levantou o problema.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais. -----

----- Em primeiro lugar permitam-me dirigir uma palavra de francas melhoras para o Deputado Municipal João Magalhães Pereira, ele teve na sequência do debate anteontem, também na sequência do debate anteontem que aqui teve lugar, uma indisposição que o levou a ter que ser observado aqui mesmo nos Serviços Sociais. ----

----- Aliás o Senhor Presidente teve a amabilidade de o ir visitar e acho que teve uma recaída e neste momento está no Hospital de Santa Cruz, o que não augura nada de menos grave e nós naturalmente que estamos muito preocupados com o Engenheiro João Magalhães Pereira, tanto mais quanto ele é uma peça muito importante na nossa organização e no nosso Grupo Parlamentar, um Deputado que trabalha afincadamente,

que estuda os *dossiers* com toda a profundidade e que nos merece todo o nosso melhor respeito. -----

----- Em segundo lugar íamos falar sobre a Pedreira do Alvito. Como aqui foi dito e muito bem pelo Senhor Deputado Modesto Navarro este é um processo longo que ocorreu, também foi referido pelo Miguel Gama, também foi referido todo o processo, todo o historial...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhor Deputado Municipal, não vejo oposições, faça o favor. Eu perguntei se tem oposição e se tem oposição o Senhor Dirigente não usa a palavra, é tão simples quanto isto, só com o vosso consenso, não podendo ser não é! Não é obrigatório!-----

----- Já os esclarecimentos estão dados, estão no processo e está tudo esclarecido, estou a perguntar, mas se estão a levantar objeções eu não posso, não está previsto regimentalmente e, portanto não vou... -----

----- Senhor Deputado, não vou fazer um incidente aqui, o Senhor Deputado do PSD está-me a levantar dificuldades! -----

----- Sim Senhor Deputado, se faz favor. Tem a palavra para interpelar a Mesa, é isso, faça favor, o Senhor Deputado Rodrigues Gonçalves quer interpelar a Mesa, um momentinho só que já lá vai o microfone.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Acho que ninguém deve reprovar. -----

----- A minha opinião pessoal na qualidade de Deputado eleito e aqui não falo em nome do PSD, é que acho que o técnico deve falar, se for para esclarecer, portanto, não vejo como é que se possa considerar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Municipal, eu peço imensa desculpa, isso é uma opinião sua, não tem enquadramento regimental para dar a palavra a terceiros, a não ser que haja consensos.-----

----- Senhor Presidente da Câmara, um momento só, deixem-me esclarecer! Não há enquadramento regimental a não ser quando haja consenso, se há consenso de todas as forças políticas o Regimento não é um dogma! Não havendo consenso passamos adiante, não vamos perder tempo com uma matéria destas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra, faz favor, tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, por mim não perderemos tempo e avancemos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Bem, mas uma vez que havia esta oportunidade eu tinha que esclarecer.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, para bom esclarecimento, se isso não é oportuno, como não é oportuno avancemos! Não havendo mais questões políticas, do lado da Câmara também não há mais esclarecimentos a dar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, vamos tentar resolver isto da seguinte maneira: vamos tentar resolver isto uma vez que não tenho enquadramento regimental e não poderei dar a palavra ao Arquiteto Álvaro Pais, mas vamos resolver.-----

----- Os Senhores Deputados desculpem, têm que ouvir a Mesa, tenham paciência, os Senhores Deputados vão receber porque eu vou neste momento pedir à Câmara e através do Senhor Presidente que solicito... Já lhe dou a palavra Senhor Deputado, agora vou eu pedir à Câmara através do Senhor Presidente, que peça aos Serviços que informem por escrito o esclarecimento que o Senhor Arquiteto Paulo Pais, fá-lo-á por escrito e será distribuído por todos os Senhores Deputados e será colocado no *site* ao lado no lugar da proposta e penso que assim fica satisfeito a necessidade de esclarecimento, la não é decisiva para a votação porque os Partidos já disseram como é que vão votar, portanto, estamos em condições de prosseguir. -----

----- O senhor Deputado Victor Gonçalves pede a palavra para? É uma interpelação à Mesa? Então faça o favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhora Presidente, o que se passa aqui seria um precedente e que amanhã naturalmente não se poderia em outras circunstâncias até talvez diferentes destas, embora eu compreenda perfeitamente, até fui eu que disse, falei na necessidade do Senhor Vereador Manuel Salgado cá estar, se pudesse para fazer uma explicação mais completa, agora o que nós aqui referimos é que isto vai criar um precedente que não se sabe onde é que vai acabar e esse é o problema, agora, Senhora Presidente, em relação ao detalhe e à informação completa sobre esta matéria, obviamente que a gente até não supõe! -----

----- Agora eu só chamo a atenção, nós só chamamos a atenção para o precedente que a gente pode criar na medida em que isto é uma Assembleia Municipal, não é propriamente uma sessão de Comissão nem sequer é uma sessão da Câmara Municipal, portanto, se esse precedente puder amanhã voltar a repetir-se tudo bem, agora não podemos é depois no futuro dizer eu não.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, compreendo a sua posição e a sua reserva, em todo o caso não vale a pena estarmos aqui a criar um incidente! O Senhor Presidente agora pede-me a palavra novamente, faz o favor Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu peço a palavra por uma questão, eu quero que fique claro, muito claro o seguinte: não é pela ausência do Senhor Vereador Manuel

Salgado que a Câmara não se encontra em condições de responder a esta matéria, aliás, é por esta razão que eu aqui estou, é para responder a todas as questões políticas relacionadas com este *dossier!*-----

----- Agora tratando-se com franqueza, há um nível político de discussão sobre o Plano do Alvito e depois há um nível de detalhe e de micro detalhe sobre o Plano do Alvito que com vantagem pode ser respondido por outro, se não é relevante ser respondido por outro acho ótimo porque poupamos tempo e concentramo-nos naquilo que é a função, que é política e depois a disponibilidade do Doutor Paulo Pais falar não existe neste momento.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Presidente, de qualquer maneira fica o compromisso de o Senhor Arquiteto depois fazer os esclarecimentos por escrito, que far-me-á certamente chegar pelo Senhor Presidente. -----

----- Senhores Deputados, esclarecida esta questão vamos então pôr à vossa consideração a proposta 624/2015, a versão final do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito.-----

----- Peço para estarem munidos com os vossos cartões de voto e gostaria que estivessem todos sentados em que é um Grupo Municipal que hoje está representado por uma pessoa, peço desculpa mas não é assim, não o estava a ver. -----

----- Senhores Deputados, sendo assim vamos pôr à votação a **Proposta nº 624/2015**. Não há votos contra, abstenções do PSD e votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6 IND, a **Proposta nº 624/2015** foi **aprovada por maioria.**”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal David Amado (PS)** apresentou a posteriormente a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Declaração de voto individual.*-----

----- *Considerando que:*-----

----- 1) *Existem 7 agregados familiares que correspondem a 20 pessoas que habitam na área do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito.*-----

----- 2) *Que o Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito prevê que a zona onde se inserem as habitações destes 7 agregados familiares vai ser uma zona verde integrada no Parque Florestal do Monsanto razão pela qual estas famílias terão de sair das suas residências.*-----

----- 3) *A maioria destes agregados encontra-se em situação de fragilidade económica e social pelo que são acompanhados pelos serviços de ação social quer da Junta de Freguesia quer de outras instituições.*-----

----- *Nesse sentido eu, Davide Miguel Santos Amado, apesar do voto favorável à Proposta do Plano de Pormenor da Pedreira do Alvito, venho por este meio informar que farei chegar ao Gabinete do Senhor Vereador Manuel Salgado o pedido de criação de uma Comissão de Acompanhamento do processo negocial entre o promotor imobiliário e as famílias que residem atualmente na área da Pedreira do Alvito.*-----

----- David Amado. ”-----

----- **PONTO 5 – APRECIACÃO DA PARTE II DA PROPOSTA 628/CM/2015 – DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE EXPROPRIAÇÃO DE TRÊS PRÉDIOS PARTICULARES E DE TODOS OS DIREITOS A ELES INERENTES, POR NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DO PROJETO DA PRAÇA DA MOURARIA E ABRANGIDOS PELO PLANO DE URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DA MOURARIA (PUNHM), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS ARTIGOS N.ºS. 10.º, N.ºS. 1 A 4, 12.º, N.º.1, 13.º, N.º.1, N.º. 2 E 15.º, N.ºS. 1 E 2, DA LEI N.º. 168/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL (CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES); 2 X GRELHA BASE – 68 MINUTOS. APRECIACÃO DO PARECER DA 1.ª COMISSÃO PERMANENTE;**-----

----- (A *Proposta n.º 628/CM/2015* fica anexadas à presente Ata como *Anexo VI* e dela faz parte integrante).-----

----- (O *Parecer da 1.ª Comissão Permanente sobre a proposta 628/CM/2015* fica anexada à presente Ata como *Anexo VII* e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem, vamos entrar agora na proposta 628/2015, a parte que nos compete nesta proposta é apenas o ponto 2 da parte deliberativa, uma vez que o ponto 1 já foi aprovado pela Câmara por estar dentro das competências legais da Câmara. -----

----- Eu pergunto à Câmara se quer fazer uma apresentação da proposta? -----

----- O Senhor Presidente vai usar da palavra para apresentar a proposta.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, serei breve. -----

----- A Câmara de Lisboa tomou uma decisão no mandato anterior relativamente à construção, ao apoio à construção da nova Mesquita na Mouraria por solicitação e por iniciativa da comunidade muçulmana, em particular do Bangladesh, com particular expressão de residência em toda a zona do Martim Moniz/Mouraria e Alfama. -----

----- Foi uma expressão que teve na altura larguíssima convergência na Câmara Municipal, só registando na altura a abstenção do CDS e o voto a favor de todas as restantes forças políticas. -----

----- Nos anos que se lhe seguiram o projeto foi sendo desenvolvido, teve a participação e o apoio financeiro da comunidade do Bangladesh que se mobilizou para o estudo e para o projeto e o projeto foi sendo desenvolvido na parte urbanística com os serviços da Câmara no sentido de ser desenvolvida naquela zona toda a requalificação daquela zona integrando no fundo o projeto da nova Mesquita em toda a requalificação urbana.-----

----- Recentemente foi aprovado em Câmara, em reunião de Câmara, em sessão pública esta mesma proposta que aqui é trazida por unanimidade de todos os Vereadores eleitos na Câmara de Lisboa, um debate que ocorreu num contexto político particular, o contexto de um debate que vale a pena minorizá-lo e que ocorre

hoje na nossa praça pública de grande tensão do ponto de vista das diferenças étnicas, das diferenças religiosas, das diferenças culturais e nesse momento foi muito importante o debate que ocorreu em Câmara Municipal e foi particularmente importante a decisão que a Câmara Municipal tomou de avançar com esta decisão e de avançar com a construção deste projeto, por várias razões, a primeira das quais porque este projeto verdadeiramente é um projeto que está à altura da história e da tradição da cidade de Lisboa e em particular do próprio local onde ele se vai realizar. -----

----- Lisboa é uma cidade de todas as culturas, é uma cidade de todos os credos, é uma cidade de todas as fés, é uma cidade de todas as origens, é uma cidade que se prima pela não discriminação, pela sua abertura e pela capacidade de integrar e propiciar a todos um futuro melhor! -----

----- Isso faz parte do que é o melhor da tradição da cidade de Lisboa e do que é o melhor da história da cidade de Lisboa e esta proposta honra isso mesmo! -----

----- Em segundo lugar resta proposta tem uma importância grande no momento e no tempo em que estamos a viver porque é indiscutivelmente uma afirmação política, é a afirmação de quem não confunde os acontecimentos, de quem não se deixa levar pela voragem dos populismos dos tempos e de quem continua firme na defesa que aquilo que é o essencial, que é uma sociedade aberta, tolerante para todos aqueles que vivem em paz nos valores da sociedade portuguesa e por isso eu tenho um grande gosto em fazer a apresentação desta proposta hoje aqui, que é um passo para a concretização do futuro projeto e principalmente no momento em que estamos a viver, porque neste momento estamos, a minha convicção se no Ocidente e se na Europa nós nos deixarmos vencer pelo discurso do populismo, que resulta em grande medida pelo discurso do desconhecimento do outro e da ignorância perante o outro, o que nós vamos estar a dar é assegurar profundamente a vitória aos terroristas e a vitória àqueles que tanto mal estão a causar por todas as sociedades, porque aquilo que tem acontecido, aquilo que está a acontecer pelo mundo no fenómeno do terrorismo, aquilo que aconteceu em França não é uma ação de um grupo estrangeiro de uma qualquer seita religiosa a atingir um determinado outro grupo religioso ou uma população estrangeira, o que aconteceu em França foi diferente, foram franceses que atingiram franceses, foram franceses extremistas que atingiram franceses de todas as raças e de todos os credos, sem perguntar aliás quem é que estavam a atingir e esta forma de radicalismo e violência tem que ser combatida sobre múltiplos meios e sob múltiplas formas mas há uma que não é seguramente a forma de a combater, que é nós entrarmos numa segregação e darmos voz às vozes do populismo e da segregação étnica e religiosa que basicamente a única coisa que fará é reforçar as forças que precisamente nós queremos combater e será algo ofensivo à nossa própria história, à nossa tradição, à nossa cultura, ao melhor que nós temos na Europa e no nosso País e por isso Senhores Deputados tenho um grande gosto em poder hoje defender aqui esta proposta e ter a expectativa que assim que teve o voto unânime na Câmara de Lisboa possa ter também o mesmo voto na Assembleia Municipal de Lisboa porque acho que esse seria o melhor sinal que nós poderíamos dar enquanto a cidade aberta, tolerante e aberta ao mundo!-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- Senhores Deputados Municipais, esta proposta foi alvo de um Parecer da 1ª. Comissão, a Senhora Deputada Relatora é a Senhora Deputada Ana Páscoa, que aliás me sinalizou devidamente que não poderia estar hoje aqui, com pena dela porque ela empenhou-se nestes Relatórios todos.-----

----- Pergunto se algum colega de bancada quer apresentar o Relatório da senhora Deputada? Então o Senhor 1º. Secretário vai pelo menos ler as conclusões do Relatório para estarmos todos cientes de qual foi o Parecer da 1ª. Comissão.-----

----- O Senhor Primeiro Secretário lerá as conclusões do Relatório do Parecer da Senhora Deputada Ana Páscoa.”-----

----- **O Senhor 1º. Secretário Doutor Rui Paulo Figueiredo (PS)** leu conclusões do Relatório do Parecer da Senhora Deputada Ana Páscoa:-----

----- “A 1ª. Comissão considerou analisada a Proposta nº 628/2015 a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos considera que a mesma permite o início mais rápido das obras de requalificação daquele espaço urbano, melhorando a qualidade de vida naquela zona, mas também é um contributo para a vivência multicultural, para o reforço da coesão de todos os que habitam ou trabalham na Mouraria.-----

----- A proposta está em condições de ser discutida e votada, reservando as diversas forças políticas o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “E acrescentar também, temos Senhores Deputados inscritos, mas antes de dar a palavra acrescentar também que na altura da discussão deste Parecer da 1ª. Comissão o Senhor Deputado Magalhães Pereira levantou uma série de questões que eu depois passei a escrito, enviei à Câmara, obtive a resposta do Senhor Vereador Manuel Salgado, foram distribuídas por todos e estão divulgadas no *site* as respostas e os esclarecimentos que lhes foram dados pela Câmara.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados.-----

----- O Partido Social Democrata e eu pessoalmente subscrevo inteiramente aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, de facto nós somos uma cidade tolerante, nós não somos nem contra qualquer religião, qualquer cultura, qualquer raça e devemos no nosso seio contemplar toda a gente, isto é um facto, e penso que é admissível por toda a gente e também não ligamos diretamente nem indiretamente os factos ocorridos em relação ao terrorismo, nomeadamente os últimos que ocorreram em França com uma religião em particular, com a religião muçulmana, o radicalismo não vem daí, vem de outras circunstâncias e é alimentado por outras fontes.-----

----- A religião tem um papel, aliás, infelizmente as religiões de uma maneira geral ao longo da história foram responsáveis por muita coisa má, também por coisas boas, mas foram responsáveis por muita coisa má desde os princípios do mundo, de maneira que não é agora a religião em si, mais as organizações, mas a religião em si não é contra ninguém nem será naturalmente para o mal de ninguém. -----

----- Agora há aqui um problema que nós temos que também refletir, o Estado Português é um Estado laico, há imensas religiões que estão sediadas em Lisboa e que estão sediadas no país e devem naturalmente na sua maioria, na maioria das circunstâncias os seus templos devem ser pagos por quem as professa, devem ser pagos por quem tem essa ideologia, essa fé, isso também é outro problema! -----

----- Mas aqui ainda subsiste um problema maior, é que aquilo que vem à Assembleia Municipal é a desafetação dos três prédios, portanto, é a expropriação, desculpe lá, a expropriação dos três prédios e o projeto que está inerente a tudo isso, à praça e à construção da própria Mesquita pelo menos a 3ª. Comissão desconhece-o e aliás na própria 3ª. Comissão ficou resolvido e eu aproveitei a oportunidade para o dizer aqui que independentemente da aprovação destas expropriações que a 3ª. Comissão agradecia que todo o processo lhe fosse entregue para apreciação global do processo, o processo urbanístico concreto onde se insere naturalmente na Praça a própria construção da Mesquita. -----

----- Por isso o PSD é estas reflexões que tem, que fazer e isso vai naturalmente determinar o seu voto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, eu julgava dispensável intervir neste debate, mas dada a posição assumida pelo PSD através do Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves entendo não poder ficar calado porque há alturas em que como dizia o Unamuno “Estar calado é trair.”.---

----- Efetivamente o que está aqui em causa, digamos, eu gostava de recapitular alguns pormenores, sem deixar perder muito tempo a esta Assembleia, por um lado esta proposta e justamente foi aprovada por unanimidade na Câmara e eu queria saudar todos os Vereadores, nomeadamente o Senhor Vereador António Prôa que teve também uma intervenção muito positiva nesse debate, o que aliás antigamente o PSD também era favorável a estas coisas, julgo que no tempo do Presidente Santana Lopes era favorável a outras coisas, bem como não tinha preconceitos em relação aos muçulmanos, o muçulmano Vali Mamed depois de ser membro da Câmara Corporativa foi também destacada personalidade do PSD e, portanto, eu julgo que essa aliás a boa tradição nesse partido. -----

----- Agora efetivamente esta proposta foi contaminada nos últimos tempos por campanhas miseráveis de extrema-direita, nomeadamente ao nível do Facebook contra efetivamente a construção desta Mesquita, que efetivamente essas campanhas são muito firmes e muito persistentes e efetivamente atacam as deliberações da Câmara, atacam as posições tomadas pelos Vereadores da Câmara Municipal e incitam a que

realmente esta proposta não tenha a aprovação nomeadamente nesta Assembleia e é por isso que realmente não pudemos ficar calados.-----

----- Eu não vou explicar o que é a proposta porque toda a gente a conhece no essencial, mas apenas insistir no seguinte: a Mesquita que está aqui em causa, não nos esqueçamos que a comunidade muçulmana ocupa atualmente um espaço de dimensões reduzidas face às suas necessidades, integrado num edifício habitacional, tendo inadequadas condições de salubridade e segurança, tendo em consideração que a frequência ronda atualmente as 600 pessoas, fator causador de potencial incomodidade e conflito crescente com vizinhos e residentes, o que se pretende acautelar no mais curto prazo. -----

----- Em síntese, atualmente existe uma Mesquita no Martim Moniz, só que é uma Mesquita mal acondicionada, com más condições de segurança para os próprios e para toda a gente perfilhem ou não essa confissão religiosa.-----

----- Pretende-se desta forma permitir ao apresentar esta proposta também, e eu avançar neste projeto de construção da Mesquita, o exercício de direitos coletivos de liberdade religiosa, neste caso por parte da comunidade muçulmana, o que aliás está de acordo com a Lei da liberdade religiosa que prevê o exercício de direitos individuais e direitos coletivos. -----

----- Lisboa é uma cidade global, uma cidade cosmopolita onde a diversidade cultural e religiosa se conjugam com o respeito mútuo, a tolerância e o diálogo intercultural, bater-nos-emos para que assim continue a ser, não cedemos à demagogia, ao populismo, ao racismo, à xenofobia, sejam elas subtis ou frontais, como aqueles que se exprimem nas redes sociais e que incitam a quês esta Assembleia não aprove esta proposta.-----

----- Portanto gostava também de dizer o seguinte, que efetivamente a liberdade religiosa tem várias vertentes, tem a liberdade de não perfilhar nenhuma religião, faz parte também da liberdade religiosa, não perfilhar nenhuma religião, mudar de religião, abandonar uma religião faz parte da liberdade religiosa com certeza, até pelas preocupações laicas expressas aqui pelo Senhor Deputado Victor Gonçalves e por outro lado também eu acho muito bem. -----

----- Por outro lado também ter presente o seguinte, o que o Município faz neste projeto está em linha com a Lei de liberdade religiosa tal como está desenhada, não nos esqueçamos que a Lei da liberdade religiosa enuncia os princípios, vários princípios, o princípio da separação, o princípio da não confessionalidade do Estado mas também igualmente o princípio da igualdade e o princípio da cooperação do Estado com as igrejas e comunidades religiosas, princípio aliás que vem na Lei graças a vários Deputados como por exemplo o Senhor Deputado Pedro Roseta que se bateu por este princípio da cooperação.-----

----- Saliente-se que a inclusão da Mesquita no projeto da Praça da Mouraria vem responder não só à resolução de uma necessidade premente dessa comunidade, mas também efetivamente não podemos esquecer que é um local em que houve sempre uma presença historicamente de pessoas com essa confissão religiosa. -----

----- Pelas razões anteriormente apontadas consideramos estar demonstrado um relevante interesse público da condução do projeto da Praça da Mouraria, que aliás vai contribuir inserida num projeto de “Uma Praça em cada Bairro”, que vai contribuir para a requalificação e regeneração urbana do bairro reafirmando o espírito ecuménico e multicultural que tem sido o timbre da sociedade em Lisboa. -----

----- Eu queria além disso dizer que naturalmente que nos louvamos no bem elaborado Parecer da 1ª. Comissão apresentado pela Senhora Deputada Ana Páscoa e que foi aprovado também por unanimidade esse Parecer, deve dizer-se. -----

----- Concluía citando que esta proposta permite o início mais rápido das obras de requalificação daquele espaço urbano, melhorando a qualidade de vida naquela zona, mas é também um contributo para a vivência multicultural, para o reforço e coesão de todos os que habitam ou trabalham na Mouraria, é nisso que nós trabalhamos, reforço da coesão e do diálogo da cooperação, do respeito de todos os residentes em Lisboa, é nesse sentido naturalmente que iremos votar favoravelmente esta proposta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais. -----

----- O MPT não é contra a liberdade religiosa e a liberdade de culto e cada um professar o seu culto, no entanto coloca em causa alguns pontos, a primeira a destruição do edificado, que são os primeiros prédios de volumetria maior da Rua da Palma, os primeiros prédios construídos de grande volumetria na Rua da Palma, para a construção da Mesquita há a destruição do edificado e em que moldes é que isso foi avaliado neste ponto. -----

----- Os custos pagos por todos também colocamos isso em causa porque pode abrir um precedente para outras religiões, para outros cultos religiosos ou para outras confissões religiosas também quererem depois ter os seus templos e quererem que a Câmara lhes pague os seus templos! Falo por exemplo dos Hindus, os Budistas, os Shicks, que os Hindus têm um bom templo em Lisboa mas os outros não têm templos nem espaços em condições. -----

----- Também achamos que todos estarmos a pagar também está a abrir um precedente ou então vamos contribuir de igual forma pela população residente dos vários cultos com a mesma proporcionalidade de custos para proporcionar a todas as outras confissões religiosas que também tenham os seus templos e o seu espaço de culto. -----

----- A localização, o MPT acha que se calhar é uma localização ideal para uma segunda Mesquita em Lisboa já que aquelas Freguesias todas ali à volta, desde a Graça à Mouraria, etc., todas aquelas Freguesias ali à volta têm uma grande população religiosa, o que o MPT coloca em causa têm uma grande população religiosa. -----

----- O que o MPT coloca em causa é a localização escolhida e o projeto em si que não têm conhecimento, só têm conhecimento que vai ser expropriado aquela edifício e feita uma praça, se calhar isto mereceria um debate em relação à localização e em relação ao tipo de construção, não em relação à Mesquita. -----

----- Já agora só mais um ponto Senhor Presidente, o falar continuamente do terrorismo, etc., se calhar tira valor a isto porque não é, voltamos a colocar o terrorismo em relação aos muçulmanos, os muçulmanos não são terroristas, alguns muçulmanos podem usar mal a sua religião para justificar o terrorismo, quando estamos sempre a evocar estamos a dar força aos terroristas e não é isso que era o objetivo. Disse.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa-Maria-Maior,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, como Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior naturalmente não poderei deixar de manifestar aqui a minha total concordância com o projeto que vai ser apresentado e com a circunstância de se ir renovar aquela zona da cidade que está bastante degradada e só quem não conhece a Rua do Benfornoso e aquelas zonas é que pode achar que é inconveniente fazer-se uma remodelação profunda num território que é, não tenho dados empíricos concretos, mas que é onde a presença da comunidade muçulmana é muito impressiva e, portanto, não se trata aqui em meu entender de fazer um templo para cada religião, trata-se aqui de adequar um território às comunidades que nele vivem, onde é necessário estar presente ali um templo para uma faixa significativa da comunidade que ali está. -----

----- Eu quero recordar que Santa-Maria-Maior, nós também estamos a apoiar, a Câmara Municipal através do Orçamento Participativo, Junta de Freguesia e a comunidade civil a recuperação da Igreja de São Cristóvão que está inserida num território onde a comunidade católica é particularmente significativa e, portanto, a questão não é religiosa, é em primeiro lugar uma questão de espaço público direcionada para as populações que ali habitam e que ali convivem e que fazem a nossa cidade.-----

----- Santa-Maria-Maior, isto é, em Lisboa, em Portugal não há um problema religioso, portanto, é profundamente errado de trazer para aqui a discussão, se fazemos para este temos que fazer para as outras e para as outras, não é essa a questão.-----

----- Em segundo lugar sendo Portugal um País onde a liberdade religiosa é um facto Lisboa e a minha Freguesia em particular é talvez o território onde se regista uma maior multiculturalidade das populações que ali estão e, portanto, é natural que haja expressividade dessas próprias culturas com as suas próprias religiões no seu espaço público.-----

----- Portanto, é com regozijo que eu votarei a favor desta proposta, no entanto eu permitia-me fazer duas pequenas recomendações à Câmara, a primeira era que tivesse a iniciativa de reunir com os proprietários dos prédios que vão ser expropriados porque eles de facto já se me dirigiram dizendo que não têm nenhum tipo de informação sobre essa matéria e, portanto, que a Câmara pudesse reunir com esses proprietários dos prédios, eu estou aqui a dar a informação que me foi dada a mim, não a posso controlar se é verdade ou não porque o processo é municipal, mas seria importante que pudessem ter uma reunião com essas pessoas. -----

----- E a segunda também é quando tivermos o projeto que houvesse uma reunião com a população daquele território porque todos nós vamos entender que há uma grande mais-valia na construção de uma nova Mesquita porque a Mesquita que funciona neste momento na Calçada Agostinho Carvalho não tem efetivamente condições para receber tanta gente que vai lá exercer o seu culto, que eu próprio testemunho porque todos os anos fazem, questão de me convidar por altura do Ramadão para ir lá também festejar com eles, que eu próprio testemunho, é frequentada por milhares de cidadãos portugueses e outros que certamente não são portugueses mas que professam o culto e que portanto naturalmente que não há condições para se continuar a prestar aquele culto onde ele está e portanto é da maior conveniência que rapidamente haja uma alternativa condigna e uma alternativa que enriqueça culturalmente a nossa cidade porque nós somos uma cidade feita de um conjunto de encontros de religiões, de populações, Lisboa é uma porta aberta e o nosso porto foi um porto de chegadas, de partidas e de chegadas e é assim que nós pretendemos que continuemos a ser, porque no dia em que isso deixar de ser deixamos de ser a capital diferenciada que nós somos no mundo inteiro e que é tão valorizada por toda a gente que nos visita porque digamos que reconhecem em Lisboa algo de único e de diferente. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Eu aproveito esta última Sessão para desejar a todos um bom Natal, um excelente Ano de 2016 sob o ponto de vista familiar, pessoal e político, parece estranho mas é que nós acreditamos que em política é um Bom Ano todas as vezes que conseguimos exprimir as nossas diferenças, as nossas razões civilizadamente, aquilo que nos separa, porque é isso que enriquece a democracia. Nós usamos muitas vezes entre nós a celebra frase “Não concordo com o que dizes mas defenderei até à morte o direito de o dizer”, e por isso desejo a todos um Bom Natal e um Bom Ano sob todos os pontos de vista! -----

----- Segunda questão é totalmente inadmissível para o PSD que se esteja a transformar uma luta religiosa numa questão urbanística e aproveito para sugerir àqueles que aqui vieram explicar aonde é que o PSD discriminou ao longo destes anos seja quem for em termos de facto e de direito porque tal como foi dito na 3ª. Comissão e está escrito no Parecer quando o projeto urbanístico vier à leitura e à análise da 3ª. Comissão, nós pronunciar-nos-emos sobre esse ponto. -----

----- Agora Senhoras e Senhores na ignorância nós não votamos, nós não votamos e não seremos pressionados por chantagens de outra espécie de argumentos, isto para nós não é uma questão religiosa, é uma questão urbana, enquanto não soubermos do que é que se trata o projeto, seja quem for a que ele se dirija, nós não votaremos a favor, na ignorância nós não votamos nunca. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Já lhe dou a palavra Senhor Presidente. -----

----- Eu queria só esclarecer aqui uma questão, há pouco o Senhor Deputado Victor Gonçalves disse que a 3ª. Comissão queria analisar o processo urbanístico, o que é que a 3ª. Comissão quer analisar exatamente? Sou eu que tenho que pedir? Eu solicitava ao Senhor Presidente da 3ª. Comissão que oficiasse ou mandasse um oficiozinho... Escusa de usar da palavra agora, pode mandar por escrito a dizer. -----

----- Mandar-me-á um ofício, nós mandamos pedir o processo, a 3ª. Comissão pode rá proceder a uma ampla discussão e o Senhor Deputado Miguel Coelho também sugeriu que a discussão também fosse feita com a população, acho que são boas sugestões as duas e iremos certamente fazê-lo porque isso só servirá para enriquecer o nosso trabalho. Muito obrigada Senhores Deputados. -----

----- Não temos mais inscrições, o Senhor Presidente pediu a palavra, faça o favor.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Senhora Presidente eu pedia a palavra porque gostava de responder a algumas das questões que aqui foram colocadas mas gostava aliás antes de tudo de saber precisamente quais são as dúvidas que a Deputada Margarida Saavedra colocou do ponto de vista urbanístico porque invocando de forma tão enfática o direito à expressão e o direito à diferença e reagindo de forma tão crítica a um pronunciamento político eu estava à espera de ouvir dúvidas fundadas, pesadas, graves, de grande dimensão, grandes em matéria urbanística sobre esta matéria, mas como se calhar não teve a oportunidade de as expressar, imagino, confiarei que seja mesmo esse o sentido da base da divergência sobre esta matéria e fico-me por aqui. -----

----- Gostava de responder às duas questões fundamentais que aqui foram colocadas de forma frontal sobre o tema. -----

----- Em primeiro lugar como é que um Estado laico apoia construções de confissões religiosas? Precisamente porque é um Estado laico, o Estado laico distingue-se por não discriminar, por não diferenciar, por não beneficiar, por não professar, por não se submeter a nenhuma fé e a nenhum ditame religioso, mas dita o princípio de uma sociedade aberta que todos nós saibamos dirigir uma sociedade aberta acolher, estimular acarinhar as diversas formas da diversidade humana, quer ela se coloque no plano religioso, ético, étnico, social ou outro e aliás este princípio, este bom princípio da governação de uma sociedade aberta que faz com que a Câmara de Lisboa tenha apoiado, Senhores Deputados, eu peço só um pouco de silêncio, eu serei breve na minha intervenção, tenha apoiado e bem as realizações de várias confissões religiosas, das quais posso destacar o Centro Ismaili da Fundação Aga Khan, decisão tomada por inauguração em 1998 pelo Presidente Jorge Sampaio, o Centro Hindu em Telheiras para o Senhor Deputado que estava preocupado com o precedente, foi aliás também com o apoio da Câmara Municipal, terreno cedido pelo então Presidente da Câmara Krus Abecasis nos anos 80... Senhor Deputado, o terreno tem um valor, tem um valor económico, é um apoio, é um apoio que é dado para determinado tipo de fim, é um bem da Câmara que é cedido para um determinado fim! O Museu Judaico de Lisboa, que não sendo um local de profissão de fé trem claramente uma orientação do ponto

de vista da preservação da memória de uma religião num projeto em que a Câmara já adquiriu o edificado, estamos agora a negociar a aquisição de novo edificado e estamos a negociar um modelo de financiamento para a sua construção, mas que envolverá ou pode envolver uma parte de financiamento com recursos públicos, a cedência de espaço para a União Budista e agora, Senhor Deputado repare bem, nos apoios à Igreja Católica que vão e esta lista não é exaustiva, desde a reabilitação do sistema de iluminação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição Velha, do sistema de iluminação da Igreja de santa Maria Madalena, da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, da Ermida da Nossa Senhora dos Remédios, do Largo de Santo António à Sé o Museu de Santo António, aliás, propriedade da Câmara de Lisboa, recuperação de propriedade da Câmara de Lisboa, recuperação da Capela do Cemitério dos Prazeres, Igreja de São Cristóvão, e recuando ainda mais no tempo a cedência do terreno e a atribuição do apoio financeiro à Igreja do Restelo, e ainda no tempo do Presidente Santana Lopes o protocolo assinado em 2005 entre a Câmara, o Patriarcado e a empresa detentora da parcela de terreno onde a Catedral situará no Parque das Nações a nova Catedral de Lisboa. -----

----- E sobre isto poderia acrescentar todos os apoios que são dados às manifestações das várias profissões religiosas da Cidade de Lisboa, e apoios logísticos com significado. E quero, sobre isto, reforçar um ponto, e continuará assim enquanto for Presidente da Câmara, a valorização simbólica e política com a presença da Câmara Municipal de Lisboa nos atos mais significativos para os quais é convidada. E fazemos isto porque, precisamente, somos representantes de um Estado Laico. Mas um Estado Laico, que por ser Laico, e por ser Estado de uma cidade que se quer aberta, respeitadora e tolerante, lida com todas as diversidades, lida com todas as expressões da diversidade de Lisboa, apoia-as, estimula-as, acarinha-as, integra-as dentro do seu universo, não permite discriminações, nem exclusões, e vamos ser muito claros, podemos marcar aqui um debate inteiro, de vários dias, sobre o multiculturalismo e o que é que isso significa, não é isso que fazemos na Cidade de Lisboa, o que nós fazemos são apoios na lógica de integração da comunidade de Lisboa, nós não estamos a falar de discussões de termos comunidades paradas e segregadas no território da Cidade de Lisboa. Não é isso que nós fazemos. O que nós fazemos é que queremos integrar todos na Cidade de Lisboa, e esta política que temos vindo a seguir e no qual este projeto, hoje, se insere, é precisamente, mais um passo nesse sentido, do qual devo dizer-vos que muito me orgulho de poder apresentar esta proposta, muito me orgulho de liderar um executivo que por unanimidade apresentou esta proposta e também, das apresentações de alguns dos Senhores Vereadores que, não sendo da minha cor política, tiveram intervenções exatamente no mesmo sentido, porque é isto que, verdadeiramente, marca a identidade da Cidade de Lisboa, é ser esta uma cidade tolerante, aberta, e é isto que representa exatamente, um Estado Laico, aquele Estado que não discrimina, não favorece, não se submete, mas antes, acima de tudo, dá espaço a que todos possam cultivar a sua diversidade, seja ela na fé, seja ela desportiva, seja ela étnica, seja ela cultural, seja ela onde se colocar. Colher e

saber lidar com a diferença num espaço de unidade que é o espaço da Cidade de Lisboa.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só para ser muito sucinta e para responder ao Senhor Presidente, para que não subsistam dúvidas, eu só vou dizer em termos gerais, duas que me surgiram logo à partida, é que está dito, e foi dito, pelo Senhor Vereador Manuel Salgado que o edifício se situaria por cima de uma praça e que portanto, faria a transparência entre ruas.-----

----- Bom, como a Senhora Presidente muito bem sabe, isso significa que a construção para deixar passar um carro de bombeiros terá que se situar pelo menos, dez metros acima da via pública.-----

----- Atendendo ao pé direito das mesquitas, em geral, e das salas de culto, eu imagino que terão mais uns 12, ou 13, metros o que significa que a altura total do edifício poderá ficar situada entre os 20 e 25 metros.-----

----- Senhor Presidente, isso para mim, como arquiteta, é muito difícil de explicar. E a minha dúvida básica, para não lhe falar dos pormenores, é que eu quero saber se esse edifício chega aos 25 metros, ou não. É que abaixo dos 10, dificilmente, irá ficar.-----

----- A segunda questão que também, coloquei, é que dado que a encosta da Mouraria se situa a norte, eu quero saber que condição de iluminação vai ter aquela praça por baixo de um edifício. Porque, não está estudado e não me foi explicado.-----

----- Em terceiro lugar, e em termos de segurança de entrada dado que os edifícios não flutuam, será necessário explicar como é que se fazem os acessos de emergência porque uma mesquita, ou qualquer local onde se reúnam pessoas, tem saída de emergência, entradas de emergência, e portanto, eu estou a falar de coisas concretas do ponto de vista urbano, porque seja qual for a questão, e a bondade das coisas, eu não estou disposta a votar por uma aberração urbanística. E estes três pontos para mim, não estão esclarecidos. E portanto, eu estou a explicar concretamente, ao Senhor Presidente que eu não falei por falar, e portanto gostava de saber isso. E como para mim não é indiferente ter um edifício de 25 metros de altura, naquele sítio, se ficar esclarecida e ficarmos satisfeitos, seremos os primeiros a votar a favor. Até lá, não sei...-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente, cabe-me esclarecer o seguinte:-----

----- A Assembleia Municipal, através do pedido que foi formulado pelo Senhor Presidente da 3ª Comissão Permanente, vai pedir que venha a ser apreciado pela 3ª Comissão, o Projeto da Praça da Mouraria, contudo o que ele implica, nomeadamente, as questões que a Senhora Deputada Margarida Saavedra acabou de levantar.-----

----- No Projeto da Praça da Mouraria está incluída a construção da mesquita mas não só, está uma série de coisas, umas demolições, uma abertura de um espaço público,

uma determinada construção, é isso que a Senhora Deputada quer ver e que os Senhores Deputados querem ver. Estão no seu direito, e vai ser feito. -----

----- Neste momento, o que está aqui a ser apreciado é a declaração de utilidade pública urgente para isto poder ser feito. Mesmo que a declaração de utilidade pública venha, a Câmara se em qualquer altura entender que não quer expropriar, não expropria. -----

----- Portanto, estamos em tempo de apreciar o processo com calma, enquanto pedimos a declaração de utilidade pública. Uma coisa não implica a outra. O que eu quero é dizer que, certamente, a Assembleia poderá apreciar, a pedido da 3ª Comissão, a parte do Projeto da Praça na Mouraria, embora não seja competência da Assembleia aprová-lo, é competência da Assembleia fiscalizar e, portanto, pode sempre pedir para ver.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Eu gosto muito do debate político, aliás, já devem ter reparado, e gosto muito da divergência política e desse debate, mas acho que ele deve fazer-se com frontalidade. -

----- A Senhora Deputada pode arranjar três mil desculpas para votar contra a proposta. Até pode sair da sala. Mas por favor, não arranje desculpas que nem sequer estão no âmbito das suas competências. -----

----- A Assembleia Municipal não tem que aprovar o projeto. A Assembleia Municipal está a pronunciar-se sobre uma expropriação, e é sobre esse fim que se tem de pronunciar. -----

----- E se quer arranjar a desculpa sobre se a qualidade do projeto que permite, ou não, que haja luz, ou não haja, pelo alçado, e se a porta abre bem, ou não, Senhora Deputada, desculpe, por esse critério a Senhora Deputada não vota nada, ou vota tudo, porque nada tem a ver com a competência que a Assembleia tem, nem que ela lhe dá. A Senhora Deputada não tem competência para apreciar isso. Não tem. Mas quero-lhe dizer mais. -----

----- No âmbito da colaboração, e da excelente colaboração que tem sido tida entre a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, onde nós nunca nos ativemos à questão estrita e legal das competências de cada um, tem havido um diálogo muito frutuoso sobre as várias matérias. E, aliás, eu tenho aqui comigo que no anexo da proposta que foi distribuída sobre a expropriação, está o projeto e a maquete do projeto onde a Senhora Deputada pode constatar que, aliás, a altura da construção da mesquita tem a altura dos prédios confinantes. E, por isso, a sua grande preocupação, se se dissesse vamos ter ali no Martim Moniz uma perturbação urbanística que por acaso é de uma mesquita mas já percebi que o seu argumento não é por ser uma mesquita, é por ser uma perturbação urbanística do género Empire State Building, ali no Martim Moniz, eu posso remeter para o anexo quarto da proposta, em que tem, Praça da Mouraria, a Rua da Palma, Rua de Bem Formoso, estudo prévio e, onde pode constatar, pelo estudo prévio, que essa sua preocupação está acautelada. -----

----- Respondendo à sua segunda pergunta, não posso garantir, não tenho condições para garantir que, de facto, todo o culto se vai praticar com as adequadas condições de luminosidade. Não posso garantir isso. Que pela orientação da praça e da mesquita

que isto se possa colocar...Senhora Presidente, eu estou a tentar responder às questões colocadas...foram usados argumentos para uma posição política sobre esta proposta na base do não esclarecimento de questões urbanísticas, e sobre esta matéria, eu quero dizer duas matérias. Em primeiro lugar, as dúvidas urbanísticas não têm razão de ser na apreciação da Assembleia sobre esta matéria, porque não é competência desta Assembleia o pronunciamento sobre esta matéria urbanística. E em segundo lugar, de uma leitura extensiva de todos os contributos que já foram entregues pela Câmara se constata que essas questões estão respondidas e estão, aliás, adequadamente respondidas. E por isso, os Senhores Deputados serão livres de votarem como entenderem, mas façam também, um favor a todos nós, pela clareza e pela transparência do debate político, assumam verdadeiramente as razões pelas quais votam cada proposta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Seja como for, naturalmente, as questões políticas cabem a cada qual. -----

----- Quanto à questão das competências, o Senhor Presidente não me há de levar a mal que eu lembre que compete à Assembleia Municipal fiscalizar a Câmara Municipal e não inversamente, e portanto, tenho que o dizer porque a competência é da Assembleia para a Câmara e não, da Câmara para a Assembleia. -----

----- Nós temos perfeito conhecimento que a Assembleia não tem competência para aprovar projetos urbanísticos, mas tem competência para apreciar a atividade da Câmara e, portanto, podemos sempre pedi-lo e sempre assim, se fez e assim se fará e com certeza que o Senhor Presidente está de acordo com isto.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Peço a palavra para ter a certeza absoluta que não fui mesmo mal interpretado. --

----- É evidente que a Assembleia Municipal não tem competência para a aprovação do projeto e, por isso, vir evocar a qualidade de um projeto para um voto contra de um deputado municipal, acho que não é aceitável do ponto de vista da legitimidade do argumento, porque não decorre da sua competência. -----

----- A competência de fiscalização, isto é, a censura política é total e absoluta sobre todos os seus atos, mas isso não significa que possa ser utilizado por justificação para um voto de natureza diferente. -----

----- Eu só fiz esta consideração em abono de um valor, pelo princípio da transparência no debate política. Cada um decide como decide, mas tem que o anunciar com verdade e por que razão o faz.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu acho que fui mal interpretado. Eu só me referi à equidade dos dinheiros que possam ir para as várias confissões religiosas versus a sua população, ou o seu peso populacional, em Lisboa. Ponto um, e não me referia ao resto, e acho muito bem, e concordo com tudo o que disse. -----

----- Havia outro ponto e que era esse o ponto principal e que se calhar, não lhe transmiti, ou então o Senhor Presidente não se apercebeu, que era em relação ao edificado. Eu sei que as cidades não são nenhum museu e que o que está construído não se pode deitar abaixo, porque também têm que evoluir e adaptar-se aos tempos e têm que ter um pouco da história de todos os tempos. Mas os edifícios que vão ser intervencionados são alguns dos primeiros edifícios de grande volume da Rua da Palma que tem uma determinada traça conhecida por todos, e eram essas as dúvidas que o MPT tem em relação à localização escolhida, e não em relação à existência da mesquita, ou o apoio à construção da mesma. -----

----- Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “De qualquer forma, lembro o Senhor Deputado que o que está em causa não é a construção da mesquita, mas sim a construção de uma praça. E portanto, é preciso ver todo o contexto. -----

----- Seja como for, a Assembleia irá acompanhar o processo e vamos ter a ocasião, na 3ª Comissão, de conhecer melhor e mais profundamente toda a transformação que se pretende fazer, e para a qual nos é pedido agora, este contributo da declaração de utilidade pública de expropriação. -----

----- A Mesa não regista mais pedidos de palavra, e vamos pôr à consideração a **proposta nº 628/2015**. Trata-se da parte 2, da **proposta nº 628/2015**.” -----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário da Mesa**, referiu o seguinte: -----

----- “Há um pedido para ficar registado em ata que o Deputado Municipal Gabriel Fernandes, do CDS-PP, não participa nesta votação.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Vamos, então, votar o ponto 2 da **proposta nº 628/CM/2015** que diz respeito à Declaração de Utilidade Pública de Expropriação com caráter urgente. Não há votos contra, abstenções do MPT e 5 DM do PSD, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta nº 628/CM/2015** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Senhores Deputados, como sabem, nós hoje, às seis da tarde, temos um pequeno convívio, eu sei que está muito calor, mas pedia-vos um pouco mais de esforço para podermos, até às seis horas da tarde, adiantar a nossa ordem de trabalhos pois às seis horas interromperemos os trabalhos pois temos um lanche de natal com os trabalhadores que colaboram com a Assembleia Municipal. -----

----- Vamos passar à proposta nº 642/CM/2015.” -----

----- **PONTO 6 - PROPOSTA Nº 642/CM/2015 – RELATIVA À ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PARA A DESPESA DECORRENTE DA TRANSAÇÃO JUDICIAL RELATIVA AO VALE DE SANTO ANTÓNIO (PROCESSO Nº 1324/15.8BELSB), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 6º DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; 2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta n.º 642/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão relativo à Proposta n.º 642/CM/2015** fica anexado à presente Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, faz a seguinte apresentação da proposta: -----

----- “Esta é uma proposta que tenho particular gosto em apresentar hoje, aqui, nesta Assembleia porque resolve um diferendo muito antigo da Câmara de Lisboa, um diferendo que obstaculizava o desenvolvimento de uma zona muito importante da Cidade de Lisboa e que finalmente se consegue uma solução sobre o futuro do município. É uma solução que põe fim, também, a uma potencial degradação e risco financeiro sobre o município, estabilizando as responsabilidades da Câmara e a forma de lhe fazer frente. -----

----- De forma muito sintética, o município tomou uma decisão, creio que em 2003, de proceder à alienação de lotes futuros no Vale de Santo António, projeto que não conseguiu concretizar em tempo e nos moldes previstos, lavando à aceitação da rescisão de uma parte dos contratos firmados no ano de 2011, se a memória não me falha, 2011, e havendo a pretensão dos promotores da rescisão adicional dos contratos restantes. -----

----- Essa pretensão não foi aceite pela Câmara de Lisboa por não assistir razão aos promotores, mas gerou um prolongar de um conflito com os promotores, até que foi possível atingir uma solução de entendimento que permite à Câmara a recuperação integral de todos os terrenos do Vale de Santo António que passam a ser de novo propriedade municipal e a devolução, ao promotor, das verbas recebidas em singelo ...bom, dizia eu que este acordo sintetiza-se da seguinte forma: -----

----- Em primeiro lugar, o município recupera a totalidade dos terrenos do Vale de Santo António para sua posse total e plena, podendo sobre eles, agir e repensar todo o processo do seu desenvolvimento; -----

----- Em segundo lugar, o município devolve em singelo todas as verbas que, entretanto, recebeu por via no tempo da EPUL, para cumprimento dos contratos, por isso, devolve as verbas sem a assunção de qualquer penalização contratual; -----

----- Em terceiro lugar, o município devolve as verbas que recebeu por excesso do valor do contrato, porque isto aconteceu neste processo, as verbas que o município recebeu para além do valor correspondente à escritura de contrato, e que recebeu antes da celebração da escritura que nunca se realizou, devolve-as ao promotor acrescidas da taxa de juro de financiamento normal da Câmara Municipal de Lisboa. Isto é, a Câmara não aceita nem pagará nenhuma penalização pela não entrega dos terrenos e não aceita a evocação do incumprimento contratual, mas a Câmara aceita legitimamente o pagamento do juro por uma verba que recebeu acima do valor que o promotor só deveria ter entregue na altura da escritura que, aliás, nem se veio a concretizar.-----

----- Por último, o fim deste litígio tem uma importância grande, é um litígio de grande dimensão financeira. A Câmara era demandada em cerca de 95 milhões de

euros, no total do processo em causa. A devolução das verbas recebidas orça cerca de 44 milhões de euros. Este acordo é feito hoje, e neste momento porque a Câmara tem possibilidades financeiras para fazer este acordo, para resolver mais este passivo, mais este problema do passado, mas mais importante que tudo, a Câmara recupera o poder para pensar do zero, de folha branca, todo o desenvolvimento urbanístico da zona, sempre como deveria, aliás, ter acontecido era ter pensado, previamente, o desenvolvimento urbanístico e não submeter o desenvolvimento urbanístico a uma venda que estava condicionada ao número de metros quadrados que ele, aliás, conseguisse atribuir em metros de construção. -----

----- E neste sentido, a Câmara ganha todo o poder para voltar a desenvolver um plano para o Vale de Santo António, e contaremos, nos próximos meses, apresentar os projetos à Câmara e à Assembleia Municipal as nossas intenções, as nossas ideias para o desenvolvimento do Vale de Santo António. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, na qualidade de relator da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, leu o Parecer da referida Comissão que se encontra apenso à presente Ata, cujo anexo foi anteriormente, referido. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Ficou já apresentado não só o parecer, mas também a Recomendação nº 4/89, contida no referido parecer. -----

----- A Mesa não regista pedidos de palavra. Portanto, vou colocar à vossa consideração. -----

----- Não há votos contra, abstenções do PCP, PEV, CDS-PP e MPT, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, PNP e 6IND. A **Proposta nº 642/CM/2015** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Vamos passar, agora à **Recomendação nº 4/89**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 4/89** foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- E vamos prosseguir os nossos trabalhos com o ponto 7º da nossa Ordem de Trabalhos. -----

----- Trata-se da Proposta nº 667/CM/2015.” -----

----- **PONTO 7 - PROPOSTA Nº 667/CM/2015 – AQUISIÇÃO DAS PARCELAS NÚMEROS 5, 19, 26, 27 E 27-A, DO PROGRAMA DESENHADO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA PONTINHA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2XGRELHA-BASE – 68 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta nº 667/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos fica anexado à presente Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante)-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, fez a seguinte apresentação da proposta:-----

----- “Farei a minha intervenção sobre as duas propostas, 667 e 668, e depois reservo para uma discussão para intervir sobre as questões de especialidade que ocorram sobre a outra proposta.-----

----- Estas duas propostas são a consagração de uma decisão importante da cidade que é o regresso da Feira Popular, ou melhor, a nova casa da Feira Popular de Lisboa. -----

----- Tomamos a opção de que este projeto, por um lado, acontecesse, isto é, a Feira regressasse à cidade, em segundo lugar, que regressasse em moldes melhores e maiores do que aqueles que existiam, por isso, integrada numa zona verde, com excelentes acessibilidades capaz de ser dotada de zonas de lazer e de diversão para todos, e ao mesmo tempo que correspondesse a uma possibilidade de recuperação de uma zona urbana degradada. Nas várias opções que tínhamos na cidade, depois de avaliadas as várias localizações, as várias opções, esta surgiu-nos como a zona claramente, desejável. Está no centro, está dotada de excelentes acessibilidades, está numa posição altamente favorável relativamente à própria área metropolitana, à totalidade da Área Metropolitana de Lisboa e vai-nos permitir, através deste projeto, recuperar uma zona altamente necessitada dessa recuperação. -----

----- Isto implica um processo de recuperação muito extenso no tempo, que se iniciou no tempo do Presidente António Costa, e que tive a oportunidade de expandir do ponto de vista do processo de decisão mas também de o concluir do ponto de vista da negociação, porque envolveu, esta área é composta por terrenos municipais, área de inserção da futura feira é composta por terrenos municipais, mas fortemente entremeados por terrenos de particulares. E se, relativamente a alguns terrenos dos particulares foi fácil o entendimento, relativamente a uma parte desses terrenos o entendimento foi mais difícil e mais complexo pela própria forma e pela própria natureza dos proprietários dos terrenos, e como os Senhores Deputados percebem, e muito bem, quem compra um terreno, quem compra alguma coisa, tem sempre que chegar a um acordo com quem vende a não ser que tenha o poder da expropriação e o uso enquanto poder de expropriação, mas para isso tem de evocar determinado tipo de razões e determinado tipo de fundamentos, e tem também de se submeter não só à apreciação de parte terceira sobre esses próprios fundamentos, mas também ao tempo da própria execução dessas decisões e também ao próprio valor desse processo, porque o valor desse processo também existe, a lei define com clareza como é que ele é pago. -----

----- E por isso, esta foi a forma como nós conduzimos o processo, de forma muito paciente, de forma muito discreta como creio que todos os Senhores Deputados reconhecem, várias vezes, aliás, fui aqui questionado sobre o local da feira, várias vezes apeteceu-me informar qual seria o local da feira, mas por razões de preservar a capacidade negocial da Câmara, mantive sempre a discricção sobre este assunto. Agora

que o processo está concluído, que dispomos hoje das condições, trata-se de fazer a aprovação desta aquisição, num dos casos, de uma permuta no outro, mas guardarei o debate sobre a permuta e as explicações adicionais para este segundo momento do debate. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Antes de passar a palavra para a apresentação do parecer, e para as pessoas que estão inscritas, era para informar os Senhores Deputados do Seguinte: -----

----- O Senhor Presidente entendeu fazer a apresentação das duas propostas, 667/2015 e 668/2015, e eu tenho Deputados inscritos para a proposta nº 668/2015, nomeadamente, a Senhora Deputada Margarida Saavedra, que está inscrita. Há Deputados que vão inscrever-se sobre esta matéria que pediram para falar das duas propostas, e uma vez que o Senhor Presidente usou dessa prerrogativa, qualquer Deputado que o queira fazer usará da mesmíssima prerrogativa, sendo que se não quiserem fazer, falarão depois quando estivermos a apreciar a proposta 668/2015, deixo isso à consideração de cada um dos Senhores Deputados inscritos. -----

----- Dizer também que, neste ponto, é preciso fazer uma correção ao sumário; “a aquisição das parcelas é apenas 5, 26, 27 e 27 A, uma vez que a parcela 19 faz parte da primeira parte da proposta e já foi aprovada pela Câmara. É apenas a 5, 26, 27 e 27 A, a outra já está aprovada a sua aquisição.” -----

----- (O Senhor Primeiro-secretário da Mesa fez a leitura das conclusões do Parecer da 1ª Comissão Permanente, que se encontra anexo à presente ata, dada a ausência da Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, informou o seguinte: ---

----- “A Mesa não chegou a formatar sobre a forma de recomendação este desejo da 1ª Comissão de que o acompanhamento do processo seja feito com a participação de todos. Pelo que já temos conhecimento que a Câmara já está a constituir uma Comissão de acompanhamento do processo e, portanto, não seria necessário a nossa recomendação.-----

----- Posto isto, dar a palavra aos inscritos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou discutir as duas propostas em conjunto, a proposta nº 667/2015 e 668/2015, que é a permuta do prédio municipal denominado Palácio dos Machadinhos pelos prédios particulares descritos no registo predial 247 e 248, da Freguesia de Carnide. ---

----- O BE tem uma posição oposta em relação às duas propostas. Votaremos a favor em relação à proposta nº 667/2015, pois há muito que a cidade reclama pela devolução da sua Feira Popular, e votaremos contra, se esta votação de realizar pois, apresentámos um requerimento previamente a esta votação, a proposta nº 668/2015, pois o BE e até esta própria Assembleia Municipal têm numa posição muito clara sobre a alienação do património imobiliário do município, expressas nas recomendações aqui aprovadas, embora o BE tenha uma posição mais vencedora. -----

----- O BE, tal como é conhecido, entende que as alienações de património imobiliário municipal apenas pode ocorrer em circunstâncias excepcionais, e a ocorrer, nunca deve ser sob a forma de alienação da propriedade base. O património imobiliário municipal constitui um instrumento insubstituível na medida em que permite satisfazer necessidades de variadas ordens, que vão surgindo, simultaneamente, corrigindo desequilíbrios ao nível do mercado, tipologia de ocupação da cidade. -----

----- Bastaria estes argumentos para justificar o voto contrário a esta operação. Mas neste caso e em concreto, estamos perante um imóvel cujo interesse cultural, arquitetónico, é indiscutível. -----

----- Ora, merecendo o município o favor legal do direito de preferência na aquisição destes imóveis, não se percebe como é inconcebível a sua alienação. -----

----- No caso em apreço, o voto contrário do BE é, ainda, reforçado pelas considerações de ordem pessoal e financeira. -----

----- Do ponto de vista processual, consideramos inaceitável que a alienação onerosa deste património público não seja precedida de um processo transparente em que todos os particulares em condições de igualdade, possam participar. É fácil de ver que esta opção pela figura da permuta impede que outros potenciais interessados possam apresentar as suas ofertas. -----

----- Entendemos que deveria ter prosseguido o processo desproprietivo ainda que privilegiando a negociação relativamente aos terrenos de Carnide, objeto desta permuta, sem que lhes associasse a alienação de património municipal como forma de pagamento. -----

----- Ainda que se entenda que o Palácio dos Machadinhos deve ser alienado pela Câmara Municipal de Lisboa, algo que discordamos veemente, esta alienação deve ser feita com recurso a Hasta Pública. É aí, no caso em apreço, ainda mais atendendo às dúvidas suscitadas pelo BE, em requerimento ainda não respondido. -----

----- Do ponto de vista financeiro, esta permuta é ruínoza por forma a equilibrar os valores de bens permutados para que não tem que desembolsar um cêntimo, tendo o Palácio dos Machadinhos um valor superior em 970 170,34 euros. -----

----- Relativamente aos bens a adquirir pelo Município de Lisboa, este ficará a utilizar o Palácio por mais 42 meses, calculando-se uma renda com taxa de rentabilidade de capital de 7%. Das duas uma, ou o Palácio dos Machadinhos é necessário no imediato, e o mérito da sua alienação fica então em causa, até pelo facto da sua utilização deste curto período custar ao município cerca de 25% do valor do imóvel, ou afinal, o Palácio dos Machadinhos não é necessário, e está, por esta via, a delapidar o seu património municipal a favor dos privados. -----

----- Este negócio agride a cidade, o interesse público, o erário municipal e a transparência. -----

----- O BE não se associa a esta nódoa na gestão do município, e tem o imperativo ético de o denunciar e, até que o Senhor Presidente da Câmara Municipal responda ao requerimento subscrito por vários deputados do Grupo Municipal do BE, datado de catorze de dezembro de 2015, sobre os aspetos relevantes e indispensáveis à boa apreciação por esta Assembleia da referida proposta. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em boa hora esta proposta chega à Assembleia Municipal de Lisboa. Finalmente, e queremos somente, valorizar o regresso da Feira Popular de Lisboa. -----

----- O PCP, ao longo de vários anos, colocou esta questão na agenda tanto propondo vários locais, como realizando diversas propostas para este efeito. Será muito importante que continuemos a exigir, todos, o regresso da verdadeira Feira Popular, e que recusemos que se caia na tentação de um parque de diversões, pois não é isso que queremos, o que queremos é o regresso da verdadeira Feira Popular que a maior parte de nós tão bem se recorda. -----

----- O PCP estará, naturalmente, disponível para integrar a equipa de missão da nova Feira Popular de Lisboa para a construção de uma verdadeira Feira Popular para todos, e que consiga conciliar a qualidade de vida residencial que se vive atualmente, neste local, com o vivenciar de experiências gratificantes para todos os que serão potenciais visitantes. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, informou o seguinte: -----

----- “Está esclarecida a questão do Requerimento do BE. É um requerimento que deu entrada na Assembleia no dia catorze, mas ainda não chegou á minha mão para ser despachado. Portanto, vai ter o tratamento normal de todos os requerimentos, que é serem enviados à Câmara para obtenção de resposta. -----

----- É um requerimento extenso, com muitas perguntas, e irá ser colocado no *site* para que todos o possam ver, mas eu ainda não o despachei, nem sequer o tinha visto, por isso perguntei na altura o que era o requerimento. Está aqui na minha mão, deu entrada no dia catorze, conforme o Senhor Deputado o confirmou, mas foi catorze deste ano, portanto, ainda não está devidamente, processado. Nós trabalhamos depressa, mas nem sempre tão rápido como os Senhores Deputados gostariam. E portanto, vai ser encaminhado para a Câmara para esta responder. -----

----- Há um segundo requerimento, esse sim, está a ser distribuído pelos Senhores Deputados agora, e que é um requerimento que pede o adiamento da votação da proposta nº 668/2015. Portanto, quando lá chegarmos teremos que decidir. -----

----- Portanto, continuamos no debate das propostas nº 667 e 668 de 2015.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PAN congratula-se com o regresso da Feira Popular mas queremos que o acompanhamento seja feito para que possam corresponder aos anseios que todos desejamos, e que seja uma construção que respeite tudo aquilo que a população deseja, e que as boas práticas aconselham. Por isso, votaremos favoravelmente a proposta nº 667/2015. -----

----- Quanto à proposta nº 668/2015, e uma vez que está pendente de um requerimento, aquilo que nós queremos dizer é que, pela nossa parte, gostaríamos que realmente, esta proposta fosse adiada, e que fosse considerado este requerimento

porque não nos parece que esta situação relativamente à permuta do Palácio dos Machadinhos, seja completamente perceptível e justa em termos da permuta, os valores são dificilmente, perceptíveis, em termos da razoabilidade daquilo que é proposto, e portanto se não tivermos que a votar, será bom que ela seja adiada, se a tivermos que a votar, votaremos contra. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Esta intervenção destina-se, apenas, a marcar a posição do PS relativamente ao requerimento subscrito, com a data de hoje, pelos Deputados Municipais do BE, anunciando um voto contra o sentido deste requerimento, ou seja, contra o adiamento da votação das propostas que envolvem a futura Feira Popular na zona de Carnide, dizendo apenas que, de facto, já algum tempo que estas propostas foram aprovadas em Câmara e portanto, já com bastante antecedência este tipo de questões podiam ter sido suscitadas por escrito à Câmara, ou mesmo também aqui, na Assembleia Municipal. Portanto, consideramos que não é oportuno, em quinze de dezembro, suscitar um extenso rol de questões algumas delas sobre matérias que não são manifestamente, da competência da Assembleia Municipal, duvidamos até que sejam da competência da Câmara e, portanto, não é este o momento porque se o objetivo é suspender, obstaculizar a persecução deste projeto, cremos que isso deve ser assumido, mas se não for esse processualmente não é esta a melhor forma de contribuir para o esclarecimento. -----

----- Outro aspeto que queremos deixar claro para que não restem dúvidas relativamente à bondade na gestão do património imobiliário da Cidade de Lisboa é que, efetivamente, o valor do direito de superfície é bem diferente do valor de direito de propriedade, e se o que está aqui em causa é a valorização do direito de propriedade para poder viabilizar financeiramente um projeto que é relevante para a cidade, obviamente, não há aqui nenhuma reserva quanto à utilização do direito de propriedade em detrimento do direito de superfície. -----

----- E depois, também, penso que é claro para toda a gente, que o município não está a promover um processo público de aquisição de um qualquer terreno na cidade para instalar a futura feira Popular. Não. O município visa e pretende aquele específico terreno, e não outro, porque é aquele que permite através do investimento que lá vai ser efetuado, deslocalizar uma atividade relevante da cidade, dinamizar economicamente a zona norte e com isso tornar a cidade mais coesa, mais sustentável e mais equilibrável. É por isso que uma permuta só ocorre se alguém quiser alienar e se essa pessoa aliena através da permuta, se conforma com a aquisição de outro bem que alguém lhe pode entregar. -----

----- E, portanto, é um acordo de vontades, se o município considera estratégico aquele terreno na zona norte da cidade, não há de ser outro, e portanto aí, também, se deverá ponderar a vontade do dono de terreno relativamente a outro imóvel que o município tenha. -----

----- Por estes motivos consideramos que as propostas são equilibradas. Visam um objetivo estratégico, devem ser prosseguidas e que este requerimento, por estes motivos, não deve ser aprovado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou intervir sobre as duas propostas em simultâneo. -----

----- As propostas em apreço advêm da decisão do Senhor Presidente de Câmara em edificar o projeto da nova Feira Popular, em Carnide, anunciado publicamente numa conferência de imprensa. -----

----- Porém a sua discussão obriga a uma reflexão prévia sobre todo o processo. -----

----- Passado mais de um ano em que o CDS-PP, de forma insistente, interpelou o anterior Presidente, nesta Assembleia, sobre a futura localização, nunca recebemos uma resposta. Recordo que a última interpelação ao Senhor Presidente deu-se a poucos dias da apresentação pública o que nos permite concluir que não houve uma resposta de forma deliberada, aliás o Senhor Presidente já hoje o afirmou.-----

----- Contudo, e na semana seguinte, insistimos numa resposta, posterior à apresentação, nomeadamente a decisão que suportou a escolha do local, bem como não pode ser desassociada a atribuição geográfica. -----

----- Fernando Medina argumentou, baseando-se na dimensão do espaço necessário para o modelo que ele próprio idealizou. Ele, e não esta Assembleia, ouvindo os municípios como anunciou inúmeras vezes. -----

----- Em suma, o CDS-PP nada tem contra a escolha do local, pelo contrário. Trata-se da regeneração de um espaço moribundo, situação que importa reverter para finalmente, ligar Carnide ao Bairro Padre Cruz, e é, também sabemos, o possível. -----

----- A própria Junta de Freguesia do Partido Comunista Português, não vou dizer de extrema-esquerda como costuma, aqui, chamar-nos o Deputado Carlos Silva Santos, de extrema-direita, manifesta-se favorável á escolha embora os seus Vereadores tenham defendido publicamente, os Senhores Vereadores do PCP, em abril, que a Feira deveria ser erguida junto ao Parque Tejo, no Parque das Nações que, aliás, todos sabemos não ser possível dada a construção existente e ao facto de nas terras do aterro de Beirolas não ser efetuadas remoções, nem fundações, nos próximos quinze anos. ---

----- De facto, os espaços veiculados nos últimos anos para a instalação da feira, Monsanto, Parque da Belavista, Parque das Nações e Doca do Jardim do Tabaco, eram funcionais e urbanisticamente exequíveis por razões de vária ordem e que são públicas. -----

----- Também seria importante explicar se a decisão do local advém, e respeita a proposta nº 275/2015, que por acaso foi apresentada pelo PCP, em Câmara, e que foi aprovada por unanimidade, em abril deste ano, em que a Câmara se comprometeu a iniciar estudos para a instalação da futura Feira Popular, apresentando as suas conclusões em reunião de Câmara no prazo de um ano. -----

----- Acabámos de ouvir o Senhor Presidente, também a dizer, que “escolhemos”. Gostaríamos que nos informasse quem é que escolheu e onde estão os referidos estudos que o próprio Presidente da Câmara votou favoravelmente para que fossem

efetuados. Portanto, parece-nos que esta decisão nem sequer respeita esta proposta que foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara. -----

----- Não podemos deixar de salientar que, também, e estamos a falar dos estudos, não da decisão. Não podemos de deixar de salientar também, a necessidade de ter acesso aos estudos, se existirem, sobre a implementação do equipamento de dimensões tão grandes, nomeadamente, impacto ambiental e de mobilidade. Há que ter em conta que o terreno faz fronteira com duas escolas públicas e é circundado por vias estruturantes e limítrofe a dois concelhos e um dos lados, por habitação municipal, que importa proteger e salvaguardar no que concerne às implicações que a futura estrutura poderá acarretar para a zona. Dirá o Senhor Presidente que essa questão só se coloca quando for definido o modelo. Ora, estas condicionantes também terão de ser ponderadas na escolha do local, ou melhor, espero que assim tenha sido. -----

----- Depois a questão do modelo de gestão que é sem dúvidas, fulcral na decisão do local. E é neste ponto que discordamos do Senhor Presidente porque entendemos que o processo de decisão foi subvertido. Seja ele um modelo á escala Euro Disney, seja o de um parque urbano como os existentes no norte e centro da Europa, a verdade é que por mais que discutamos o futuro modelo o mesmo estará condicionado de certo modo, pela escolha do local, ou seja, será um modelo adaptado à realidade geográfica, e não um modelo porque respeite os objetivos estratégicos daquilo que cada um de nós poderá entender como modelo que corresponda às necessidades de uma capital moderna, cosmopolita, com uma componente de oferta turística de potencialidade económica também, e esperemos com uma vertente social que marcou as duas anteriores feiras populares. -----

----- Seria importante gerar o maior consenso em torno desta matéria, para todos. -----

----- Gostaria de deixar esta nota e passar ao assunto que nos trás aqui hoje, destas duas propostas. -----

----- A inversão de procedimentos deste processo que, ainda agora, referi, leva-nos à aquisição das parcelas em apreço. Diz o Senhor Presidente que os terrenos são necessários à persecução naquele local da feira. Mas ao mesmo tempo refere que este processo irá atravessar futuros mandatos e que outros presidentes poderão decidir outra localização para esta feira. No entanto, os terrenos mantêm-se sob propriedade municipal, portanto, resguardados, digamos assim. -----

----- A primeira pergunta que gostaria de lhe fazer é a seguinte; tendo em conta a aprovação recente da Unidade de execução da Pontinha, ou Parque Urbano da Pontinha, que projetos estavam pensados para esta zona? Que projetos foram submetidos pelos proprietários nos últimos anos, neste caso, no fundo, aos serviços da Câmara? Se foram, que tipo de projetos e qual a decisão do Município deu relativamente aos mesmos?-----

----- É-nos, ainda, apresentada uma permuta entre os terrenos de Carnide, avaliados em cerca de 2,8 milhões de euros, pelo palácio dos Machadinhos, propriedade municipal, avaliado em cerca de 3,8 milhões de euros. Nestas avaliações deparamo-nos com o diferencial de quase um milhão de euros. Na permuta destes dois ativos, o fundo fica a dever este valor à Câmara, ou melhor, o fundo recusa-se a pagar o

diferencial. Solução do Município; propor a reversão desse valor com arrendamento, ou posse, como quiserem chamar, do Palácio dos Machadinhos durante o período de 42 meses. Mas afinal, para que precisa a Câmara do Palácio durante 42 meses? Para ter tempo de encontrar uma solução alternativa, deslocalização dos serviços culturais? Ou será apenas para cobrar, ou cobrir o valor do diferencial? É que se a fundamentação for baseada na deslocalização dos serviços e dos seus, quase, cento e vinte funcionários, é algo que nos deve fazer refletir. -----

----- Importa lembrar que em 2009, que o Município tenta alienar o Palácio dos Machadinhos sem sucesso. Basta lembrarmo-nos do pacote de alienação apresentado pelo Vereador Manuel Salgado sobre vários palácios de propriedade municipal para hotéis de chame, em que o edifício do antigo Serviços Sociais da Câmara, Príncipe Real, foi o único a ser alienado. -----

----- A resenha histórica e processual que faço conduz-nos a uma evidência há vários anos, pelo menos há sete, que a câmara tem como objetivo retirar os serviços existentes nos Machadinhos para outro local da cidade. -----

----- Assim sendo, é importante que o Senhor Presidente esclareça o que foi feito, nos últimos anos, para encontrar essas alternativas. -----

----- Ao mesmo tempo, assistimos à deslocalização de vários serviços camarários para outros edifícios, e no entanto não se encontra alternativa para a cultura, há pelo menos sete anos. É estranho, no mínimo. -----

----- Quanto aos 42 meses, porquê 42? Porque não 36, ou 40, 68, ou até 80 meses? Enfim, não nos parece justificável a ocupação do Palácio por 42 meses para manutenção de serviços camarários. Parece-nos isso sim, uma justificação pouco clara e transparente de sustentar a perda de um milhão de euros pelo município, resolvendo o problema a um fundo privado. -----

----- Em suma, a Câmara onera-se com terrenos em que um futuro executivo possa decidir que não servirá para acolher a futura Feira Popular, desfaz-se do património histórico dispensando uma verba de um milhão de euros, não resolve de forma efetiva e rigorosa o futuro dos serviços camarários, nomeadamente, da Direção da Cultura, aí instalados, no Palácio dos Machadinhos, e ainda faz um favor a um fundo. -----

----- Consideramos que esta proposta não salvaguarda nem defende o interesse público. Aguardamos os esclarecimentos por parte do Senhor Presidente. -----

----- Por fim, resta-nos apresentar o nosso apoio à recomendação efetuada pela 1ª Comissão, e que advém de uma recomendação do anterior mandato, relativa ao património histórico, nomeadamente, a azulejar do Palácio dos Machadinhos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “No fundo, a minha intervenção é para reagir à intervenção do Partido Socialista porque colocou questões na minha boca que eu não disse. -----

----- Em primeiro lugar, foi que eu não estava interessado em relação implantação, ou desenvolvimento, da Feira Popular. Ora, a primeira coisa que eu disse foi que ia votar

a favor da proposta nº 667/2015, portanto, claramente, somos a favor da implementação da Feira Popular.-----

----- A segunda questão foi colocar aqui um apelo de que se respeite as recomendações da Assembleia Municipal. Eu disse que nós tínhamos uma posição mais vincada do que esta Assembleia Municipal, no entanto, em relação às alienações, nós temos vindo aqui a colocar, esta Assembleia Municipal tem vindo a assumir um conjunto de recomendações à Câmara que nós apelamos aqui que seja respeitado, por parte da Câmara Municipal. E, nesse sentido, para além do requerimento que nós aqui colocamos com os nossos argumentos, solicitamos o adiamento, simplesmente, do Palácio dos Machadinhos, da votação, em relação a essa proposta, 668/2015, no sentido de esclarecer estas questões que nós levantamos, e que depois podemos ir para a frente com o outro projeto. -----

----- Chamar a atenção que o Senhor Presidente, em relação ao Vale de Santo António, que custa muito mais dinheiro do que esta permuta que se pretende fazer, disse que a Câmara tinha uma boa saúde financeira, e que, portanto, isto custa muito pouco, ou seja, aquilo custa os terrenos, comparavelmente com o Vale de Santo António, ou com outros problemas que assolam a cidade, é uma insignificância, é uma gota de água. E portanto, aquilo, inclusivamente que a Câmara poderia ter equacionado é que invés de fazer esta permuta, comprasse esses terrenos através de expropriação. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu vou pronunciar-me em relação à proposta nº 668/2015, como enquadramento, o Palácio dos Machadinhos fica na Freguesia da Estrela, e tenho tido oportunidade, desde o primeiro momento, relativamente a esta permuta, de ter tido os esclarecimentos que entendi serem necessários, por parte do Senhor Presidente, nomeadamente a dois aspetos que considero fundamentais: o primeiro relacionado com o custo da oportunidade. Um dos grandes objetivos, eu diria desígnio que assola qualquer lisboeta, também os restantes Deputados Municipais, e certamente a Vereação e a própria Câmara, é a oportunidade de poder trazer novamente, um equipamento semelhante àquilo que era a Feira Popular que existe em todas as capitais e é um elemento fundamental para a qualidade de vida dos seus cidadãos. Daí a necessidade e a oportunidade de poder ter disponíveis condições, sobretudo, área para um investimento numa cidade como Lisboa na sua maioria zona urbana consolidada ao contrário de outros municípios que dispõe de vastas áreas para poderem desenvolver os seus investimentos, ainda por urbanizar, dizia eu que o custo de oportunidade revela-se, muitas vezes, naquela possibilidade rara de poder concertar um mecanismo de contratação, ou neste caso, um mecanismo de aquisição e simultaneamente, para evitar honrar monetariamente a própria Câmara Municipal, um mecanismo de permuta que satisfaça aqui o objetivo final que é a contemplação dessa realidade e, também, o custo associado.-----

----- Ora, acresce que no Palácio dos Machadinhos surge aqui uma situação que a nós, sobretudo na Freguesia da Estrela, muito nos preocupa.-----

----- O Palácio dos Machadinhos é um edifício que se tem vindo a degradar assinalavelmente, ao longo dos últimos anos. Constituí uma fonte de património e de riqueza histórica para a freguesia, e tem entre si um conjunto de painéis de azulejos, são eles muito ricos e muito importantes não só ao nível cultural da própria cidade, mas são também um património legado fundamental para as gerações vindouras e que representam muito daquilo que melhor se fez e que, de alguma forma, traduz muito daquela que é a cultura lisboeta e também, nacional.-----

----- É relativamente evidente que, e essas garantias foram também dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, que qualquer requalificação do Palácio, ou qualquer cedência a privados contemplaria, obviamente, a proteção desse património. E, portanto, estaríamos perante a requalificação de património histórico-cultural com um objetivo que pudesse ser coincidente, ou que contra ele não violentasse, e acima de tudo assegurar que esse património não se perdia, conseguia-se também a oportunidade de rentabilizar, porque como foi dito aqui, e bem, o Palácio dos Machadinhos já esteve em hasta pública em momentos anteriores e não foi arrebatado pelo valor que na altura foi proposto, valor esse que segundo os números que me foram entregues, era inferior àquele que ele agora está valorizado, portanto, aí também uma boa oportunidade de negócio, ficando por explicar, segundo o nosso ponto de vista, e aí é uma matéria que nos transcende, quais os mecanismos financeiros, diria, complementares, que permitem aqui a compensação do tal diferencial que muito tem sido aqui referenciado?-----

----- A resposta que foi dada a uma matéria que me preocupa mais enquanto Deputado Municipal, e menos enquanto Presidente de Junta, enquanto Presidente de Junta o que me preocupa mesmo é a requalificação do Palácio dos Machadinhos e criar condições para que a própria população possa a ele, voltar a ter acesso em condições de poder beneficiar do património que lá está, o que me preocuparia aqui, enquanto Deputado Municipal, tem a ver com o mecanismo da contrapartida. E, de facto, dizia o Senhor Deputado do CDS-PP, e não da extrema-direita, que um dos principais elementos que nos merece uma reflexão é o porquê desse período de aluguer e esse mecanismo compensatório. Bom, inevitavelmente, os serviços camarários que se encontram no Palácio dos Machadinhos que nós conhecemos muito bem porque na Junta de Freguesia da Estrela temos a oportunidade e o privilégio de interagir regularmente, com essa Direção Municipal, mais que não seja pela proximidade, e não está cá a Senhora Vereadora, mas transmito-lhe esse agradecimento, mas a verdade é que tanta gente que está naquele edifício tem que, inevitavelmente, encontrar uma solução, e a solução que está prevista não é possível implementar no momento posterior à contratação, à permuta do tal terreno.-----

----- Por isso, diria que existindo a oportunidade de requalificação dos Machadinhos, a preservação do seu património histórico, existindo a oportunidade de, com essa permuta, assegurar aquilo que é um grande desígnio da Cidade de Lisboa, tudo levaria

a crer que não se levantariam quaisquer objeções a esta proposta, aliás, eu diria até à conjugação destas duas propostas. -----

----- Por isso, e para terminar, aquela que é a minha frustração neste momento é não conseguir de facto, e esperarei pelos esclarecimentos do Senhor Presidente às várias questões que aqui foram colocadas, não conseguir, de facto, compreender esse último modelo final que do ponto de vista político, porque a análise que estamos aqui capacitados para o fazer, me parece claramente, associada ao custo de oportunidade, mas que, pelos vistos, a tantas bancadas e a tantos Senhores Deputados, levantam um conjunto de dúvidas e que portanto, eu acho que são merecedoras de esclarecimento. Mas por isso, o que eu queria dizer é que, enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Estrela e sobretudo, tendo em conta aquela que é a oportunidade de recuperação do Palácio dos Machadinhos, reabilitação do Palácio dos Machadinhos, e a oportunidade de com isso, beneficiar a Cidade de Lisboa, com um equipamento fundamental, aguardamos então pelos esclarecimentos para que este processo possa, de facto, cumprir aquele que é o seu principal desígnio. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito rapidamente, são só dois pontos. -----

----- O primeiro tem a ver com a recomendação da proposta nº 668/2015, feita pela 1ª Comissão, que remete para uma posição da Comissão Permanente de Cultura e Educação, Juventude e Desporto, que é do mandato anterior. É assim, este documento deveria ter sido anexo. Nós questionamos o GAAM telefonicamente e não tivemos acesso a este documento. Como é que podemos votar uma coisa se não sabemos o que está lá escrito? -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu o seguinte:--

----- “Senhor Deputado desculpe interromper, tem toda a razão no que está a dizer, mas nós sabemos que o sentido desta recomendação é no sentido da valorização do Palácio dos Machadinhos. Portanto, daí estarmos tranquilos. Não há nenhuma contradição. -----

----- Eu não consegui encontrar o documento, eu não estava cá no mandato anterior, portanto, não tive a possibilidade de o fazer.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)**, no uso da palavra, continuou: -----

----- “Compreendo. De qualquer forma, algo deverá estar escrito, e estamos a votar intenções, ou estamos a votar algo que está escrito? É isso só que estamos a questionar, se não temos acesso ao documento. Podemos saber quais são as intenções, mas poderá haver alguma particularidade no que está escrito e que me poderá mudar completamente, o sentido de voto. -----

----- Era só isto que eu queria referir. -----

----- Entretanto, já aqui, e em conversa com outros colegas Deputados, já sabia do conteúdo dessa recomendação, mas não é a mesma coisa que ter o próprio documento e poder analisá-lo com calma. -----

----- A segunda questão que nós não conseguimos entender, para nós isto já é uma “montanha russa” antes do parque estar construído, estes valores de aluguer e de venda, de um milhão para um lado, um milhão para o outro, é estranho e nós não entendemos.-----

----- Disse.”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra, respondeu o seguinte:-----

----- “A primeira questão que foi aqui colocada, não por ordem cronológica mas a questão de fundo, é em primeiro lugar, à escolha do local, e a questão dos estudos sobre a escolha do local.-----

----- Eu creio já ter sido claro na Assembleia Municipal, mais do que uma vez, na explicitação dos motivos da escolha. Verdadeiramente, os locais, para quem tem uma conceção de um parque como a que defendemos, e que é uma feira popular e não um parque de diversões estilo “Disney”, porque um parque de diversões estilo “Disney” não há espaço dentro dos limites do Concelho de Lisboa, nem era esse o modelo que nós defenderíamos, no conceito de feira popular foram abordadas ao longo de vários anos, possíveis localizações que andaram sempre à volta das mesmas porque é uma questão do mapa, não há assim muitas localizações, foram; a zona da Expo, parque da Belavista, Monsanto e esta, que foi descoberta e construída, diria eu, de forma inovadora, mas durante muitos anos discutiram-se essas três, era Parque das Nações, Parque da Belavista e Monsanto. E as escolhas foram simples, nós mandamos fazer o estudo relativamente à zona do Parque das Nações e foi um estudo feito há muito poucos meses e que posso distribuir os seus resultados, distribuí, creio eu, aos Senhores Vereadores em Câmara e posso fazer chegar à Assembleia sem qualquer dificuldade, em que concluí que a situação do aterro é instável e instável por um período incerto, por isso, excluí a Expo.-----

----- O que nós tínhamos, verdadeiramente, em cima da mesa era uma de duas, que era vedarmos, uma era Monsanto e que era chegarmos a Monsanto, cortarmos 20 há a Monsanto e dizermos que isto não é uma área verde e agora passa a ser uma área privativa e vamos fazer aqui um parque de diversões. Bem, eu quero imaginar o debate com o Senhor Deputado se eu me atrevesse, sequer, a apresentar aqui uma folha a dizer que isto é para Monsanto. Nem é preciso que o Senhor Deputado do PAN me venha falar do assunto, já só estou a ver o próprio CDS-PP. Não olhem para mim, porque eu nem pensei nisso, não me atrevi a pensar no assunto, não me passaria tal pela cabeça.-----

----- Relativamente à Boavista, andei lá perto, andei lá perto de pensar o mesmo sobre Monsanto. Isto é, pensar que, de facto, não faz sentido. Não faz sentido se nós temos uma zona verde que funciona, que está a ser utilizada pelas pessoas, que é um parque que é usufruído por todos, vamos agora fechar um parque que é público para o transformar num parque que vai ter acesso limitado, transformando para uma zona de diversões, com uma agravante que é a própria limitação do desenvolvimento do parque porque se encontra, precisamente, numa zona mais limitada porque se encontra numa zona de acesso ao aeroporto, porque está no enfiamento do aeroporto, daí a exclusão dessa alternativa. Bom, não tínhamos Parque das Nações, não tínhamos

Belavista, não tínhamos Monsanto, tivemos que procurar outra alternativa. Quando descobrimos esta, confesso-vos que foi com enorme felicidade porque se de facto comporta dificuldades, e é um projeto que comporta dificuldades neste local, é também, uma extraordinária oportunidade para o desenvolvimento da cidade e para a recuperação da cidade e de uma zona altamente necessitada. E quando nós vemos que temos Metro à porta, aliás, quase que me apetece dizer que algum dia alguém de bom senso, ou quando a Câmara tiver uma palavra a dizer sobre a companhia, um dia, porventura, aquilo que há de denominar “Estação da Feira Popular”, que é normal que ali venha a acontecer, é o Metro que está à porta do terreno, o terreno com a possibilidade de utilização total, uma parte do património, uma parte importante dos terrenos municipais, já municipais, bom, nós achamos que temos que começar a agir sobre isto, e quando se começou a agir sobre isto, precisamente as primeiras dificuldades, e por isso, qual foi a nossa abordagem? Foi uma abordagem de aquisição total das parcelas, não se tratou de outra abordagem porque isto trata-se de um equipamento permanente da cidade e nós todos á nos vamos conhecendo e também sabem da nossa forma de atuação, é melhor as coisas serem simples do que serem complicadas. E, por isso, poderíamos ter inventado um esquema de uma parceria que um privado vinha, comprava os terrenos, investia, fazia, etc., etc., bem, com muita probabilidade essa história iria acabar como muitas acabaram aqui na Câmara, que é num processo qualquer que um Presidente, dez anos depois, tem que resolver. Não, nós decidimos fazer a coisa mais simples e que é comprar os terrenos. E começamos a comprar, temos, felizmente, os recursos financeiros, e fomos comprando. E foi isso que fizemos, e esta primeira proposta é a aquisição. -----
----- Depois, chegamos a uma parte dos terrenos, em particular. Agora, remeto-me para a segunda proposta, que no fundo corresponde à permuta do Palácio dos Machadinhos. -----
----- Para responder ao Senhor Deputado Casimiro, do BE, que perguntou por que razão a Câmara não tinha comprado, respondo que a Câmara não comprou porque o proprietário não queria vender. Tão simples quanto isto. Nós propusemos a compra, a nossa opção era pela compra. Nós propusemos a compra em condições análogas às condições que tínhamos já fechado com outros proprietários à volta, por valor semelhante, nós propusemos a compra, propusemos e não fomos bem-sucedidos, andamos, aliás, muito tempo a tentar a compra. Aliás, esta foi a parcela que no fundo demora, no conjunto de toda a operação, mais tempo a desbloquear. E, aliás, o Senhor Deputado no requerimento que agora entrega, aliás, já lhe posso dar uma resposta, quase verbal, aliás, o Senhor Deputado conta mesmo a história toda e conta a razão da dificuldade da operação. É que conta, o Senhor Deputado, que o terreno estava avaliado pelo Fundo, em 2007, pelo valor de vinte e dois milhões, foi reavaliado pelo próprio Fundo, em 2011, em doze milhões, por isso o Fundo assume uma perda de dez milhões, é reavaliado pelo próprio Fundo, em 2015, fruto da aprovação do novo PDM que transforma aquilo numa área de determinadas características, em 5,5 milhões de euros, e a Câmara concretiza a aquisição por 2,8 milhões, no âmbito da permuta. -----

----- Senhor Deputado, eu entendi que não percebeu nada das contas, e eu vou explicar-lhe as contas, não precisa de voltar a explicar que não as entendeu. Eu já vou explicar. E por isso o Senhor Deputado Casimiro percebe bem, a resposta fundamental à questão que colocou está dada por si próprio, está dada pela análise que o BE fez. É que, de facto, esta propriedade estava no Fundo que foi sofrendo desvalorizações, ao contrário do que o Senhor Deputado sempre fala do problema da especulação imobiliária na cidade, o problema que aconteceu nesta zona, fruto das alterações urbanísticas, foi o problema da profunda desvalorização dos terrenos nesta zona da cidade, fruto aliás, fortemente, de decisões municipais livres, totalmente autónomas. Aliás, se me permite, várias das questões são irrelevantes para a matéria, porque várias questões que coloca sobre decisões da Câmara só tiveram um efeito e que foi desvalorizar o terreno. Porque estiveram para aqui previstas coisas que depois não se concretizaram e ao não se concretizar, e outras a concretizar, provocaram a desvalorização do terreno. E a verdade, é que o terreno estava no Fundo com este valor. -----

----- Em terceiro lugar e a questão de fundo é como é que se chegou à avaliação do terreno? O terreno foi avaliado pela sua área e pelo seu valor metro quadrado que estava a ser praticado da forma como nós nas aquisições que fizemos em áreas semelhantes. Por isso, estabilizado nos 2,8 milhões e creio que ninguém pode questionar o valor da aquisição. -----

----- Quanto ao outro lado, que é o lado da permuta, já expliquei que a permuta não era a nossa primeira opção, a nossa primeira opção foi a compra, mas tratando-se de um Fundo de Investimento que vive de rentabilizar ativos que tem, manifestou que tinha a sua preferência e que só aceitar concretizar a operação no âmbito de uma permuta, e foram estudadas várias alternativas. Só que várias alternativas não foram várias, foram algumas alternativas diferentes, só que algumas alternativas no qual o diferencial do valor do terreno para o valor do bem, era muito maior, era maior, no caso em particular recorde até o Palácio do Maria Olhão, um dos casos estudados foi o Palácio Maria Olhão, só que a diferença era muito maior. E, por isso, concluiu-se ir pela opção do Palácio dos Machadinhos. E porquê o Palácio dos Machadinhos? -----

----- Em primeiro lugar, gostaria de relembrar aos Senhores Deputados que o Palácio dos Machadinhos esteve, por duas vezes, em dois momentos diferentes do tempo, em hastas públicas da Câmara, isto é, em dois momentos diferentes do tempo a Câmara Municipal, Câmara e Assembleia, acordaram na alienação do Palácio dos Machadinhos e, desse processo e dessa decisão, não resultou a alienação. Creio que uma das vezes a hasta não se chegou a realizar, da outra chegou-se a realizar e não teve provimento. -----

----- O que interessa ressaltar é que a Câmara e a Assembleia tomaram a decisão da alienação do Palácio dos Machadinhos e essa decisão foi tomada, estava tomada, não estamos a falar de nenhuma novidade, estávamos a considerar de um ativo que tinha sido considerado desejável para alienar. -----

----- Questão seguinte, como é que se avaliou o Palácio dos Machadinhos? O Palácio dos Machadinhos foi alvo de quatro avaliações, duas de cada lado, sendo estabelecido

um critério, à partida, de que elas seriam aceites se se encontrassem dentro de um determinado intervalo, isto é, se não tivéssemos avaliações excessivamente dissonantes para poderem ser tidos em conta, excluída a mais alta, excluída a mais baixa, é feita a média e chegou-se ao valor. E creio eu, que o valor atribuído ao Palácio dos Machadinhos é inquestionável, aliás, é um valor ligeiramente superior ao valor que foi colocado na última hasta pública que creio eu, era cerca de 3,5 milhões, e que neste momento, ele foi avaliado em 3,8 milhões. -----

----- Qual é a questão que agora está em causa? Numa transação normal de uma permuta ou de compra e venda, a disposição dos bens é imediata para cada um. E agora respondo diretamente, à sua última questão que é a questão que mais dúvidas coloca, numa disponibilidade imediata, numa transação normal, se nós tivéssemos feito a permuta, se nós tivéssemos feito a compra, nós pagávamos e ficávamos com o terreno de imediato. Quando nós fazemos uma permuta, por regra, quando a Câmara se comporta como pessoa de bem, nós disponibilizamos e ficamos com acesso ao bem imediato, e nós queríamos o acesso ao terreno de imediato, porque precisamos de fazer estudos, precisamos de fazer sondagens, precisamos de fazer movimentações de terras, precisamos de fazer todo o tipo de intervenções já, não queremos restrições, queremos que as restrições sejam levantadas o mais rapidamente possível, a nossa necessidade de disponibilidade do terreno, a nossa vontade de disponibilidade é o mais rápido possível, do outro lado, tínhamos a questão da disponibilidade imediata do Palácio dos Machadinhos que colocava um problema que era, tínhamos que recolocar os Serviços da Câmara, e a que preço e de que forma. E foi aqui que se encontrou uma solução que é uma solução que defende, na íntegra, o interesse público, e aqui discordo frontalmente, da afirmação do Senhor Deputado do CDS-PP, porque a solução que é encontrada é totalmente, equilibrada, totalmente neutral do ponto de vista da defesa do interesse público, do que qualquer outra, do que a compra, do que a venda, do que qualquer outra solução, porque ela considera a igualdade financeira entre um bem que eu disponho hoje, e um bem que o proprietário só vai dispor daqui, creio eu, cerca de quarenta e dois meses. E é esta a diferença que se justifica. E do ponto de vista da conta que é feita pela indisponibilidade do uso durante os quarenta e dois meses a Câmara obtém um custo por metro quadrado do palácio dos Machadinho que é dez euros por metro quadrado, que eu tenho dito, aliás, chamei a atenção dos Senhores Vereadores quando tivemos este debate na Câmara, que é muito inferior aos preços de mercado, e muito inferior até aos preços que a Câmara está a pagar para alojamento de instalações próprias na cidade. Isto é, se nós, hoje, imaginado que a operação não se fazia no imediato, entrega um e recebe o outro, nós teríamos que recolocar os Serviços da Cultura e teríamos que ir alugar serviços, equipamentos, porque não temos instalações próprias, não temos zonas onde nos pudéssemos alojar, onde o preço por metro quadrado que iríamos pagar iria ser superior. -----

----- Diz-me o Senhor Deputado que poderíamos libertar o edifício e não ficarmos lá quarenta e dois meses, poderíamos ficar menos. Sim, é verdade, mas quem lhe garante que conseguiríamos dez euros o metro quadrado, ou melhor, eu quase garanto que não

conseguiríamos, nós neste momento, não estamos a conseguir isso. Aliás, a EGEAC teve que proceder ao aluguer de instalações por causa aliás, de uma operação de venda do Palácio Marques de Tancos, e o valor que se está a pagar é um valor superior a esse. O que é importante nesta operação, é que ela é financeiramente neutra do ponto de vista da equivalência dos valores, porque a questão é que nós vamos dispor de um bem por quarenta e dois meses, que numa transação pura e simples, de permuta não disporíamos. E é assim que isto é feito, com total transparência, equilíbrio, na defesa do interesse público, que começa aliás, e eu volto a referir, nós compramos os terrenos por 2,8 milhões, nós compramos os terrenos a cento e cinquenta euros por metro quadrado, nós compramos os terrenos a cerca de um décimos dos valores dos terrenos que estavam avaliados, em 2007. Eu gostava de chamar a atenção sobre isto aos Senhores Deputados, e que não se levante dúvidas sobre isto.-----

----- Por isso, o que nós simplesmente pagámos, o que nós estamos no fundo a beneficiar é de uma utilização gratuita, durante quarenta e dois meses, de um espaço que foi avaliado a dois euros por metro quadrado. Se os Senhores Deputados conseguirem arranjar um espaço com aquelas características e com uma renda mais barata, bom, eu rendo-me e não debato mais, como não conseguem.-----

----- Eu acho que isto é um bom negócio para concretizar a realização da Câmara, cumpre todos os formalismos, cumpre todas as regras e é acima de tudo, uma boa opção para realizarmos um projeto com a dimensão que é a dimensão da Feira Popular.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, chegámos ao fim das intervenções.-----

----- Vamos, agora, proceder às votações. E vamos começar. Em primeiro lugar, com a votação do **ponto 2 da proposta nº 667/2015**, a aquisição das parcelas 5, 26, 27 e 27-A, do Programa Desenhado da Unidade de Execução do Parque Urbano da Pontinha. A parcela 19 não depende da Assembleia Municipal, tal como já expliquei.--

----- Senhores Deputados, atenção aos vossos cartões, vou pôr à votação o **ponto 2 da proposta nº 667/2015**. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP e do MPT, e votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PNPN, PAN e 6 IND. O **ponto 2 da proposta nº 667/2015 foi aprovado por maioria**.-----

----- Quanto à proposta nº 668/2015, antes de a colocarmos à votação temos um Requerimento apresentado pelo BE, que eu vou passar a ler (leitura do referido documento).-----

----- (O **Requerimento** apresentado pelo BE sobre a proposta nº 668/2015, fica anexado à presente Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à votação do referido Requerimento. **Votos contra** do PS, PSD, PCP, PEV, PNPN e 6 IND, não há abstenções, votos a favor do BE, CDS-PP, MPT, PAN e 2 DM do PSD. O **Requerimento** apresentado pelo BE foi **rejeitado**.”-----

----- **PONTO 8 - Proposta 668/CM/2015 - PERMUTA DO PRÉDIO MUNICIPAL DENOMINADO “PALÁCIO DOS MACHADINHOS” PELOS PRÉDIOS PARTICULARES DESCRITOS NO REGISTO PREDIAL SOB OS**

NÚMEROS 247 E 248 DA FREGUESIA DE CARNIDE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DAS ALÍNEAS I) DO NÚMERO 1 ARTIGO 25º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2 X GRELHA-BASE – 68 MINUTOS; -----

----- (A **Proposta nº. 668/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer** da 1ª Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos relativo à Proposta n.º 668/CM/2015 fica anexado à presente Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos pôr à votação a **proposta nº 668/2015**. Votos contra do BE, CDS-PP, PAN, MPT e 2 DM do PSD, abstenções de 3 DM do PSD, e os votos a favor do PS, PSD, PCP, PEV, PNP e 6IND. A **proposta nº 668/2015** foi **aprovada por maioria**.

----- Declarações de voto do BE, PAN, PSD e CDS-PP.” -----

----- (Em relação ao Grupo Municipal do PAN, o mesmo informou, posteriormente, que a Declaração de Voto era para ser feita na sessão, mas como não lhe deram a palavra, ficou sem efeito). -----

----- O Grupo Municipal do BE apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*O Bloco de Esquerda tem, nesta Assembleia Municipal, uma posição muito clara sobre a alienação de património imobiliário do Município. Entendemos que a alienação de património imobiliário municipal apenas pode ocorrer em circunstâncias excecionais e que a ocorrer nunca deve ser sob a forma de alienação da propriedade nua.* -----

----- *O património imobiliário municipal constitui, a nosso ver, um instrumento insubstituível para a governação da cidade, na medida em que permite satisfazer necessidades de vária ordem que vão surgindo e simultaneamente corrigir desequilíbrios ao nível do mercado de arrendamento ou da tipologia da ocupação da Cidade.* -----

----- *Bastariam estes argumentos para justificar o voto contrário a esta operação.* -----

----- *Mas neste caso, em concreto, estamos perante um imóvel cujo interesse cultural e arquitetónico é indiscutível. Ora, merecendo o Município o favor legal do direito de preferência na aquisição destes imóveis, nem se percebe como é concebível a sua alienação.* -----

----- *No caso em apreço, o voto contrário do Bloco de Esquerda é ainda reforçado com considerações de ordem processual e financeira.* -----

----- *Do ponto de vista processual, julgamos inaceitável que a alienação onerosa de património público não seja precedida de um processo transparente, em que todos os particulares, em condições de igualdade, possam participar. É fácil de ver que a opção pela figura da permuta impede que outros potenciais interessados possam apresentar as suas ofertas.* -----

----- *Entendemos que deveria ter prosseguido o processo expropriativo, ainda que privilegiando a negociação relativamente aos terrenos de Carnide objeto desta*

permuta, sem que se lhes associasse a alienação de património municipal como forma de pagamento. Isto apesar de Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa na sua intervenção no debate, em especial 3h 13m 10s a 3h 13m e 38s do vídeo disponível in <https://www.youtube.com/watch?v=yvkOeghMRyI>, parecer ignorar a possibilidade do recurso à expropriação. -----

----- Ainda que se entenda que o Palácio do Machadinho deve ser alienado pela Câmara Municipal de Lisboa, algo de que discordamos veementemente, essa alienação devia ser feita por recurso à hasta pública. E no caso em apreço, mais ainda, atendendo às dúvidas suscitadas pelo Bloco de Esquerda em requerimento ainda não respondido. -----

----- Do ponto de vista financeiro esta permuta é ruínosa. Por forma a equilibrar os valores dos bens permutados e para que o Fundo adquirente não tenha de desembolsar um cêntimo, tendo o Palácio dos Machadinhos um valor superior em € 976.175,34 relativamente aos bens a adquirir pelo Município de Lisboa, o Município de Lisboa ficará a utilizar o Palácio por mais 42 meses, calculando-se a renda com um yield de 7%. -----

----- Das duas, uma: ou o Palácio dos Machadinho é necessário no imediato, e o mérito sua alienação fica então em causa, até pelo facto de a sua utilização nesse curto período de 42 meses custar ao Município cerca de 25% do valor do imóvel, ou afinal o Palácio do Machadinho não é necessário e está por esta via a delapidar-se o património Municipal em favor de privados. -----

----- A esta questão respondeu de forma cabal o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa na sua intervenção no debate, em especial de 3h 19h 20m a 3h 24m 00s do vídeo disponível in <https://www.youtube.com/watch?v=yvkOeghMRyI> afirmando não ter afinal espaço para acolher os serviços de cultura instalados no Palácio do Machadinho, salientando que a Câmara Municipal de Lisboa arrenda mais caro para a instalações dos seus serviços. -----

----- Este negócio agride a Cidade, o interesse público, o erário municipal e a transparência. O Bloco de Esquerda não se associa a esta nódoa na gestão do Município e tem o imperativo ético de a denunciar.” -----

*----- O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte **Declaração de Voto:*** -----

----- “Os deputados do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa apresentam a seguinte declaração relativamente ao seu voto de abstenção na proposta 668/2015 que visava aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a permuta do prédio municipal denominado “Palácio do Machadinho” pelos prédios particulares descritos no registo predial sob os n.ºs 247 e 248 da freguesia de Carnide. -----

----- 1. A Proposta é relativa à permuta do prédio municipal denominado “Palácio do Machadinho” pelos prédios particulares descritos no registo predial sob os n.ºs 247 e 248 da freguesia de Carnide, destinados à feira popular. -----

----- 2. Os deputados do PSD reconhecem que a Feira Popular de Lisboa é uma necessidade sentida por todos os lisboetas e portanto não está em causa a sua instalação na freguesia de Carnide. -----

----- 3. No entanto, são os termos e condições da permuta que levantam reservas. Nomeadamente porque a mesma não foi objeto do necessário Parecer prévio do Tribunal de Contas.”-----

----- O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP declaram que votaram contra a proposta em epígrafe por nela ser apresentada uma permuta entre os terrenos de Carnide, avaliados em cerca €2.8 milhões, pelo Palácio dos Machadinhos, propriedade municipal avaliada em cerca de €3.8 milhões. -----

----- Nestas avaliações deparamo-nos com um diferencial de quase €1 milhão de euros. Na permuta destes 2 ativos, o Fundo fica a dever este valor à CML o que, na opinião do CDS, se traduz numa recusa do fundo sobre o pagamento deste diferencial. -----

----- A solução encontrada pelo Município é a de propor a reversão desse valor com o arrendamento ou posse, como queiramos chamar, do Palácio dos Machadinhos durante o período de 42 meses. -----

----- Assim colocam-se várias questões: Para que precisa a CML do Palácio por 42 meses? Para ter tempo de encontrar uma solução alternativa de deslocalização dos serviços culturais? Ou será apenas para cobrar o valor do diferencial? -----

----- É que se a fundamentação for baseada na deslocalização dos serviços e dos seus quase 120 funcionários, é algo que nos deve fazer refletir. Importa lembrar que desde 2009 que o Município tenta alienar o Palácio dos Machadinhos, sem sucesso. -----

----- Basta lembrarmos-nos do pacote de alienação apresentado pelo Vereador Manuel Salgado sobre vários palácios de propriedade municipal para hotéis de charme, em que o edifício dos antigos serviços sociais da CML, no Príncipe Real, foi alienado. De resto, o Palácio Pancas Palha, o dos Machadinhos e tantos outros ficaram a aguardar melhores dias e interessados. -----

----- A resenha histórica e processual conduz-nos a uma evidência: há vários anos que a CML tem como objetivo retirar os serviços existentes nos Machadinhos para outro local da cidade. -----

----- Não nos parece justificável a ocupação do Palácio, por 42 meses, para manutenção de serviços camarários. Parece-nos, isso sim, uma forma pouco transparente de sustentar a perda de €1 milhão de euros pelo Município resolvendo o problema a um Fundo privado. -----

----- Em suma, a CML onera-se com terrenos em que um futuro executivo possa decidir que não servirão para acolher a Feira Popular, desfaz-se de património histórico dispensando a verba de €1 milhão de euros, não resolve de forma efetiva e rigorosa o futuro dos serviços camarários aí instalados e ainda faz um favor a um fundo. -----

----- Consideramos, portanto, que esta proposta não salvaguarda nem defende o interesse público.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado não preciso da vossa aprovação da Ata em Minuta porque a Ata em Minuta é aprovada por mim e de seguida, pois tenho uma autorização

sistemática para mandar a Ata em Minuta logo que a mesma é feita. Não é necessária a aprovação aqui. O procedimento formal e normal que nós fazemos sempre é, no dia seguinte, os serviços apresentam-me a Ata em Minuta e eu verifico as votações e segue para a Câmara. Esteja descansado que a Ata em Minuta seguirá. Nós só temos que votar aqui a Ata em extenso. A Ata em Minuta é rigorosamente fiel e é feita no dia seguinte, e esse é o procedimento normal.-----

----- Sendo assim, vou voltar à **Recomendação nº 2/89**.-----

----- Vamos, agora votar a **Recomendação nº 2/89** apresentada pela 1ª Comissão Permanente sobre o Palácio dos Machadinhos. Vamos pôr à vossa consideração. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 2/89** foi aprovada por unanimidade.-----

----- Senhores Deputados vamos então, interromper os nossos trabalhos para o nosso lanche de natal. Atenção que, quando voltarem, vai haver verificação de quórum... hoje, estão muito indisciplinados mas, por favor, oiçam. O que temos para aprovar a seguir são coisas muito simples, são repartições de encargos e são duas delegações de competências e que têm de ser aprovadas em dezembro, e é por isso que eu peço a vossa boa vontade. Querem fazer já? Isto, não há nada como uma Mesa que vos ouve. Vamos embora.-----

----- Senhores Deputados, peço silêncio, e vamos passar à Proposta nº 750/2015.”-----

----- **PONTO 10 - Proposta 750/CM/2015 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, COM A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS RELATIVAMENTE À EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DO TEATRO DE VARIEDADES”, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 ARTIGO 6º. DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

----- (A Proposta nº. 750/CM/2015 fica anexada à presente Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, continua:-----

----- “Não há pedidos de intervenção, vamos passar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A Proposta nº. 750/CM/2015 foi aprovada por unanimidade.”-----

----- **PONTO 11 - Proposta 766/CM/2015 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA A AQUISIÇÃO DE CONTENTORES SUBTERRÂNEOS PARA RESÍDUOS URBANOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 ARTIGO 6º. DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

----- (A Proposta nº. 766/CM/2015 fica anexada à presente Ata como Anexo XVI e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, continua: -----

----- “Não há pedidos de intervenção, vamos passar à votação. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. A Proposta nº. 766/CM/2015 foi aprovada por maioria.”-----

----- **PONTO 12 - Proposta 767/CM/2015 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A VIATURAS MUNICIPAIS DA MARCA IVECO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 ARTIGO 6º. DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

----- (A Proposta nº. 767/CM/2015 fica anexada à presente Ata como Anexo XVII e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, continua: -----

----- “Não há pedidos de intervenção, vamos passar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. A Proposta nº. 767/CM/2015 foi aprovada por unanimidade.”-----

----- **PONTO 13 - Proposta 768/CM/2015 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA A AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO (GNC) PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 ARTIGO 6º. DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

----- (A Proposta nº. 768/CM/2015 fica anexada à presente Ata como Anexo XVIII e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, continua: -----

----- “Não há pedidos de intervenção, vamos passar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPN e 6IND. A Proposta nº. 768/CM/2015 foi aprovada por unanimidade.”-----

----- **PONTO 14 - Proposta 796/CM/2015 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA SELEÇÃO DE FORNECEDORES DE GÁS NATURAL EM REGIME DE MERCADO LIVRE DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (AML), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 ARTIGO 6º. DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;**-----

----- (A Proposta nº. 796/CM/2015 fica anexada à presente Ata como Anexo XIX e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, continua: -----

----- “Não há pedidos de intervenção, vamos passar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Proposta n.º 796/CM/2015** foi aprovada por unanimidade.”-----

----- **PONTO 15 - Proposta 797/CM/2015 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS E A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA SELEÇÃO DE FORNECEDORES DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME DE MERCADO LIVRE DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (AML), NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DOS NÚMEROS 1 E 6 DO ARTIGO 22º DO DECRETO-LEI Nº 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO NÚMERO 1 ARTIGO 6º. DA LEI Nº. 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO;** -----

----- (A **Proposta n.º 797/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante) -----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, continua: -----

----- “Não há pedidos de intervenção, vamos passar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Proposta n.º 797/CM/2015** foi aprovada por unanimidade. -----

----- Senhores Deputados, temos, ainda, o aditamento, duas propostas de delegação de competências. Eu penso que dispensam a apresentação das propostas e dos relatórios. Há uma recomendação que eu dispense a leitura porque ela retoma a recomendação que já votamos na terça-feira, agora aplicada a estas duas propostas, e portanto, eu iria pôr à vossa consideração, agradecendo novamente, aos relatores Magalhães Pereira e Sofia Oliveira Dias a sua diligência. -----

----- Vou colocar à votação.”-----

----- **PONTO 16 - Proposta 778/CM/2015 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CARNIDE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º E DA ALÍNEA K) DO NÚMERO 1 ARTIGO 25º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E DOS ARTIGOS 116º E SEQUINTE DO REGIME JURÍDICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS NAS FREGUESIAS, AMBOS OS REGIMES APROVADOS PELA LEI Nº. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PUBLICADOS EM ANEXO I À MESMA LEI; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta n.º 778/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª e 5ª Comissões, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, respetivamente, relativo à Proposta n.º 778/CM/2015 fica anexado à presente Ata como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, continua: -----

----- “Não há pedidos de intervenção, vamos passar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. A **Proposta nº. 778/CM/2015** foi **aprovada por unanimidade.**”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra, fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “É para eu tirar uma dúvida na última proposta e, ainda, não chegámos lá. -----

----- É só um pedido de esclarecimento sobre a proposta nº 779/2015, porque a despesa não é um contrato plurianual, está avaliada, salvo erro, em cento e vinte e sete mil euros, e apenas estão cabimentados três mil. É um pedido de esclarecimento. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, responde:-----

----- “Eu presumo que será uma repartição de encargos uma vez que estamos no mês de dezembro, mas o Senhor Vice-presidente esclarecerá. É a proposta nº 779/2015, delegação de competências na Freguesia de Santo António, a cabimentação não confere com o valor da delegação. -----

----- Se o Senhor Vice-presidente não está em condições de esclarecer isso, eu faria uma proposta; faríamos uma aprovação condicionada a que a Câmara esclareça a cabimentação efetiva da proposta, para não prejudicarmos a Freguesia de Santo António. É uma aprovação condicionada, não é legal fazer a transferência se ela não estiver devidamente, cabimentada. Já o temos feito e, portanto, podemos fazê-lo. -----

----- O que eu peço aos Senhores Deputados, que se tiverem com atenção nós resolvemos este problema, não é a nós que cabe fazer a cabimentação, é à Câmara. Portanto, nós fazemos uma aprovação condicionada, sendo certo que a Câmara não poderá executar a nossa decisão enquanto não tiver a cabimentação devidamente, corrigida de acordo com a chamada de atenção do Senhor Deputado Sobreda Antunes. É portanto, uma votação condicionada à verificação da efetiva e adequada cabimentação da proposta, é nestas condições que vamos pôr à votação a proposta nº 779/2015.”-----

----- **PONTO 17 - PROPOSTA Nº 779/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º E DA ALÍNEA K) DO NÚMERO 1 ARTIGO 25º. DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E DOS ARTIGOS 116º E SEQUINTE DO REGIME JURÍDICO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS NAS FREGUESIAS, AMBOS OS REGIMES APROVADOS PELA LEI Nº. 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PUBLICADOS EM ANEXO I À MESMA LEI; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A **Proposta nº. 779/CM/2015** fica anexada à presente Ata como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante) -----

----- (O **Parecer Conjunto** da 1ª e 5ª Comissões, Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos e Comissão Permanente de Descentralização e Obras

Municipais, respetivamente, relativo à Proposta n.º 779/CM/2015 fica anexado à presente Ata como **Anexo XXIV** e dela fazem parte integrante)-----
----- **A Senhora Presidente**, no uso da palavra, continua: -----
----- “Não há pedidos de intervenção, vamos passar à votação. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNPB e 6IND. A **Proposta n.º 779/CM/2015** foi **aprovada por unanimidade** com esta condição que ficará explícita na Ata em Minuta. -----
----- Senhores Deputados, terminámos os nossos trabalhos por este ano e estão todos convidados para a nossa festa de natal.”-----
----- A sessão terminou, eram dezoito horas e quarenta e cinco minutos. -----
----- Eu _____, Técnica Superior, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----
-----A PRESIDENTE -----